



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL-UERGS
UNIDADE EM CACHOEIRA DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)

CARINA DORNELES GOMES

**MULHERES RURAIS E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: GESTÃO,
PRONAF E PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL**

CACHOEIRA DO SUL

2022

CARINA DORNELES GOMES

**MULHERES RURAIS E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: GESTÃO,
PRONAF E PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Administração
da Universidade Estadual do Rio Grande
do Sul, Unidade em Cachoeira do Sul,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Binda

CACHOEIRA DO SUL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633m Gomes, Carina Dorneles

Mulheres rurais e as agroindústrias familiares: Gestão, Pronaf e Participação no município de Cachoeira do Sul – / Carina Dorneles Gomes. – Cachoeira do Sul, 2022.
75 f.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Bacharelado em Administração, Unidade em Cachoeira do Sul, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Binda

1. Agricultura Familiar. 2. Agroindústria Familiares. 3. Mulheres. 4. Políticas Públicas. Binda, Nilson. II. Título.

Catalogação elaborada pelos Bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UERGS

CARINA DORNELES GOMES

**MULHERES RURAIS E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: GESTÃO,
PRONAF E PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Orientador: Prof. Dr. Nilson Binda

Aprovada em: 29 /11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Nilson Binda - UERGS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prof.^a Dr.^a. Chaiane Leal Agne - UERGS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Mestranda Fernanda Refosco Porto - UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CACHOEIRA DO SUL

2022

AGRADECIMENTOS

No decorrer desta caminhada, muitas pessoas foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ser tão maravilhoso, concedendo-me a vida, uma família, amigos e presenteando-me com ótimas oportunidades. Deus, Senhor da Vida, minha luz sempre acesa em momentos de penumbra. Aquele que me guiou, orientou e consolou nos momentos de fraqueza e solidão. Ele é meu amparo, refúgio e fortaleza em todos os momentos da minha existência.

De modo especial, agradeço ao meu orientador, professor Dr. Nilson Binda, quem neste último ano teve uma paciência incansável comigo. Agradeço-lhe pelo entusiasmo, persistência e disposição para me ouvir, orientar e me fazer seguir em frente. Tê-lo como orientador foi uma honra. Minha gratidão pelos ensinamentos, compartilhamento e troca.

Agradeço a cada um dos professores do curso de Administração pelos ensinamentos, dedicação, paciência, conhecimento e atenção. Cada um dos professores foi fundamental no meu processo de aprendizagem e evolução tanto profissional quanto pessoal.

Aos colegas de curso por toda ajuda recebida, por me compreenderem, serem parceiros de boas risadas, discussões e debates sobre os trabalhos e aulas. Aos meus colegas de profissão, professores da E.E.E.M. Antonio Vicente da Fontoura, que durante estes anos acompanharam meus comentários, reclamações e incertezas. No percurso deste trabalho de conclusão eles foram parceiros, ouvintes e confidentes. E, acima de tudo, eles estiveram ao meu lado no momento mais difícil da minha vida: a partida da minha mãe. Deram-me o amparo, conforto e segurança para seguir em frente. Meu amor eterno pela família AVF e minha eterna gratidão à diretora Nubiamara Siqueira da Silva.

A minha família, meu amado pai Gringo e meus irmãos Carla e Jardel que souberam compreender minha ausência e mesmo distante se fizeram presentes. A minha amada mãe que no meio desta graduação foi ao encontro do pai maior, mas que eu tenho certeza que de lá de cima acompanha tudo e torce por mim. Esta etapa é totalmente dedicada a vocês meus amores!

RESUMO

A agricultura é uma atividade milenar e um dos pilares da economia mundial. Ela é incumbida de fornecer alimentos, mas também matéria-prima a diversos segmentos da sociedade, gerando economia. No município de Cachoeira do Sul, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, a atividade agropecuária contribui com 60% para a economia local. A agricultura é tradicionalmente executada em sua maior parte pelos homens, mas, a mulher está presente e atuante em todos os segmentos da sociedade, inclusive no setor agrícola. Nesse setor, a cada dia ela está colaborando nas atividades produtivas, além das atividades domésticas e reprodutivas. Como objetivo buscou-se analisar a participação da mulher do meio rural no processo de constituição e gestão das agroindústrias familiares. A metodologia utilizada foi exploratória teve uma abordagem qualitativa, com a utilização de um roteiro para aplicação da técnica de entrevistas. Como resultado, constatou-se que as mulheres trabalhadoras rurais estão participando de amplos e diversificados mercados, não têm bem definido o controle do seu fluxo de caixa e o gerenciamento dos custos e dominam principalmente os processos produtivos nas agroindústrias. Ainda notou-se a burocracia como obstáculo para que as mulheres acessem as políticas públicas.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Agroindústrias Familiares, Mulheres, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Agriculture is a millennial activity and one of the pillars of the world economy. It is responsible for providing food, but also raw material to various segments of society, generating the economy. In the municipality of Cachoeira do Sul, located in the central region of the state of Rio Grande do Sul, agriculture and cattle raising contribute 60% to the local economy. Agriculture is traditionally performed mostly by men, but women are present and active in all segments of society, including the agricultural sector. In this sector, every day she is collaborating in the productive activities, besides the domestic and reproductive activities. The objective was to analyze the participation of rural women in the process of constitution and management of family agribusinesses. The methodology used was exploratory and had a qualitative approach, with the use of a script for the application of the interview technique. As a result, it was found that rural women workers are participating in wide and diversified markets, do not have well defined control of their cash flow and cost management, and mainly dominate the productive processes in agribusinesses. Bureaucracy was also noted as an obstacle for women to access public policies.

Keywords: Family farming, Family agribusinesses, Women, Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupos de atores atuantes na construção dos referenciais de política pública para a agricultura familiar ao longo do tempo.....	27
Figura 2 - A Organização Orientada para os Processos do Negócio.....	36
Figura 3 : Processos organizacionais das agroindústrias familiares.....	49
Figura 4 - <i>Flyer</i> do projeto Agricultura Familiar Delivery.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Agroindústrias Familiares regulamentadas e ativas no município de Cachoeira do Sul (novembro de 2022).....	33
Quadro 2 – Subdivisão do questionário de pesquisa aplicado neste estudo.....	45
Quadro 3: Síntese da participação social das mulheres trabalhadoras rurais.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BPM - Business Process Management

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAF - Cadastro da Agricultura Familiar (o CAF substitui a DAP)

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAE- Feira de Agricultores Ecologistas

FEAPER- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

GNP - Gestão de Processos de Negócio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MOAB - Movimento Orgulho Autista Brasil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEAF - Programa Estadual de Agroindústria Familiar

PIB - Produto Interno Bruto

PMAMR - Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada - Mais Água
Mais Renda

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SARS-CoV-2 / COVID - Coronavírus

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SMA - Secretaria Municipal de Agricultura

SMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Cachoeira do Sul

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO/TEÓRICO	16
2.1 VIDA CAMPONESA E AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.1.2 A agricultura familiar	19
2.2.2 Pronaf Agroindústria	28
2.3 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	31
2.4 PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GESTÃO	34
3 METODOLOGIA	41
APÊNDICE	74
ROTEIRO DA ENTREVISTA	74

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é uma atividade milenar e um dos pilares da economia mundial. E é ela a incumbida de fornecer alimentos, mas também matéria-prima a diversos segmentos da sociedade, gerando a economia. Definida pelo dicionário Aurélio como cultivo do solo, a agricultura é responsável por manter milhões de pessoas empregadas no Brasil. Sendo que boa parte da agricultura brasileira é desenvolvida pelas famílias que cultivam a terra para sua subsistência e também para a comercialização.

O município de Cachoeira do Sul fica localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul. E de acordo com o IBGE possui aproximadamente 83 mil habitantes. Destes, cerca de 12 mil residem no interior do município. Conhecido como a Capital Nacional do Arroz, o município é basicamente agrícola, na safra 2021/2022, conforme dados do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), o município teve uma área de 25.437 hectares plantada, desta área foram colhidas cerca de 25.057 hectares. A atividade agropecuária contribui com 60% para a economia local, sendo a soja a cultura mais expressiva, numa área de mais de 100 mil hectares. Mas, contrapondo os grandes produtores, existem alternativas de produção e distribuição que se mostram mais sustentáveis: a agricultura familiar.

A Agricultura Familiar é entendida como uma categoria social e analítica expressiva no Brasil (PORTO, 2021). A maior parte dos produtos alimentares consumidos pelos brasileiros tem sua origem em propriedades de agricultores familiares. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2021), a agricultura familiar é responsável por cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo todo. A agricultura familiar, no Brasil, é reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como responsável pela maior parte da produção dos alimentos que são consumidos pela população brasileira.

A agricultura é tradicionalmente executada em sua maior parte pelos homens. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, ainda há uma forte masculinização no meio rural, pois do total de 5,07 milhões de estabelecimentos rurais, 4,1 milhões são dirigidos por homens e 950 mil são administrados por mulheres (IBGE, 2017).

Desse modo, pode-se dizer que existe divisão simbólica e real entre homens e mulheres. Há a presunção de que homens são necessariamente mais capacitados e fortes fisicamente que as mulheres e, por isso, devem ocupar uma posição de liderança e executar os serviços mais “pesados”. Brumer (2004), aponta que o papel da mulher neste contexto é visto mais como uma simples ajuda, embora inúmeras vezes elas trabalhem tanto quanto os homens, executando as mesmas atividades que eles. Conforme Pereira (2015, p. 22), “a mulher realiza porcentagem elevada das tarefas e dos trabalhos nas sociedades rurais, particularmente nas mais tradicionais”.

Contudo, convém ressaltar que a mulher está presente e atuante em todos os segmentos da sociedade, incluindo o setor agrícola. E a cada dia ela está colaborando nas atividades produtivas, além das atividades domésticas e reprodutivas. Cada vez mais percebe-se que as mulheres têm se superado, conquistando vitórias e espaços dentro da sociedade. Na agricultura familiar não é diferente. Gradativamente, as mulheres estão consolidando sua performance no campo, gerando renda e produzindo benefícios para as suas famílias e para a sociedade. Assim, ela está se inserindo no ramo da agricultura, especialmente nas diversas atividades desenvolvidas da agricultura familiar do Brasil, onde existem mais de 3,8 milhões de estabelecimentos familiares (IBGE, 2017).

Menezes & Bock (2022), apontam no relatório técnico, intitulado “Perfil das mulheres rurais do RS”, que os domicílios rurais do Rio Grande do Sul atualmente são administrados 51% por mulheres e 49% por homens. Não são poucas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, pois a mulher tem que dar conta do ser mulher, esposa, mãe, dona de casa, produtora. Além das diversas desigualdades que a sociedade impõe.

Diante do exposto, se faz necessário buscar entender mais a respeito da mulher agricultora, especialmente, a mulher ligada à Agricultura Familiar e o acesso destas às políticas públicas. Assim, a problemática proposta para este estudo consiste em saber como se dá o processo de gestão das Agroindústrias familiares em Cachoeira do Sul a partir da participação da mulher trabalhadora rural.

Desse modo, buscou-se analisar a participação da mulher do meio rural no processo de constituição e gestão das agroindústrias familiares de Cachoeira do Sul, bem como identificar os acessos às políticas públicas no âmbito do programa PRONAF

Agroindústria em Cachoeira do Sul. E ainda pretendeu-se averiguar o processo de participação social/sindical dessas mulheres trabalhadoras rurais.

Partindo do exposto, este trabalho está assim estruturado: inicialmente, apresenta a introdução, a qual contém os objetivos geral e específicos. Posteriormente apresenta-se a justificativa, explicando o porquê da realização desta pesquisa. No capítulo dois, está o referencial teórico, subdividido em quatro seções. Na primeira, brevemente, revisita-se a Vida Camponesa e a Agricultura Familiar no Brasil. Na segunda seção, aborda-se a Agricultura Familiar e o PRONAF e sua aplicação para as Agroindústrias Familiares. Aí debate-se o PRONAF Agroindústria, versando sobre as Agroindústrias Familiares. Os processos de organização e de gestão são também expostos nesta seção. Na sequência, apresenta-se a seção três, com a metodologia de pesquisa utilizada. Após a metodologia estão os resultados obtidos nesta pesquisa e uma análise dos mesmos. Finalizando este estudo estão as referências, apêndices e anexos. Com isso proposto, busca-se saber como se dá o processo de gestão de Agroindústrias familiares em Cachoeira do Sul a partir da participação da mulher trabalhadora rural.

1. 1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar a atuação de mulheres trabalhadoras rurais gestoras de agroindústrias familiares e a participação social no município de Cachoeira do Sul.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar o processo de gestão das Agroindústrias familiares cachoeirenses a partir de relatos de mulheres agricultoras.

- Analisar as experiências pessoais de mulheres trabalhadoras rurais e a participação no processo de constituição de agroindústrias familiares.

- Identificar os acessos às políticas públicas no âmbito do programa Pronaf em Cachoeira do Sul.

- Averiguar o processo de participação em movimentos sociais e sindical das mulheres trabalhadoras rurais.

1.2 JUSTIFICATIVA

A agricultura e a agricultura familiar juntamente com as políticas públicas são temáticas presentes em diversos estudos, debates e discussões no Brasil. Diversos autores discorrem sobre estes assuntos. É inegável que os agricultores familiares são extremamente importantes na economia do país e as políticas públicas fazem-se necessárias para possibilitar a minimização das inúmeras dificuldades que estes produtores encontram.

A presente pesquisa justifica-se pelo contexto local, pois Cachoeira do Sul é um município reconhecidamente agrário, o município é destaque no desenvolvimento de grãos, hortaliças, fruticultura e pecuária. E mesmo tendo vários estudos sobre a agricultura e políticas públicas, pouco ou nada se tem sobre a história de vida das mulheres agricultoras familiares.

A motivação pessoal para este estudo dá-se tendo em vista que essa acadêmica por muito tempo viveu no meio rural e sempre notou a ‘invisibilidade’ da mulher rural, além disso, têm interesse pela temática abordada, no estudo de gênero e, também nas políticas públicas. Inicialmente, o intuito era analisar o acesso das mulheres agricultoras familiares ao Pronaf, no entanto, devido ao baixíssimo índice de acessos e a dificuldade de conseguir os dados do programa, fez-se então necessário a troca da temática inicialmente proposta.

Este estudo tem sua relevância, pois visa analisar o processo de gestão de uma Agroindústria familiar do setor leiteiro a partir da história de vida de sua fundadora. E a partir de tal investigação, a pesquisa pode contribuir para a academia e a sociedade em geral para que possam ampliar suas visões acerca dos desafios enfrentados na gestão da Agroindústria familiar, bem como a compreensão da realidade rural apresentada.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO/TEÓRICO

Este capítulo aborda os aspectos teóricos e conceituais que embasaram a pesquisa. Assim, este referencial teórico está subdividido nas seções 2.1 na qual será brevemente apresentado a Vida Camponesa e Agricultura Familiar. Ampliando essa seção, o subitem 2.1.1 aborda a Vida camponesa: o Camponês e o Campesinato. O item 2.1.2 expõe a Agricultura Familiar, e em seguida, o ponto 2.2 analisa O PRONAF e sua aplicação para as Agroindústrias Familiares. O ponto 2.2.1 discorre sobre o PRONAF, enquanto no 2.2.2 debate o PRONAF Agroindústria, Já, o ponto 2.3 versa sobre as Agroindústrias Familiares. Os processos de organização e de gestão são abordados no item 2.4, o último subitem deste referencial é o 2.5 que discorre sobre participação.

2.1 VIDA CAMPONESA E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1.1 Vida camponesa: o camponês e o campesinato

O termo camponês não é definido precisamente por muitos autores. Moura (1988), esclarece que o vocábulo camponês origina-se da palavra campo, que etimologicamente vem do latim, *campus*. Para Benfica et al (2019), o camponês é uma representação da resistência de um modo de vida não capitalista.

Para Shanin (apud Situba & Mesquita, 2018), o camponês é uma ilusão, pois é comum designá-lo de modo pouco rico ou vago. Para este autor, o camponês possui características próprias, tais como: ter na agricultura sua principal fonte de sustento, a propriedade familiar é vista como um exemplar básico da organização econômica e social, a cultura é própria das pequenas comunidades rurais e há a dominação e exploração dos camponeses por parte de forças externas potentes.

Desse modo, pode-se definir o camponês como aquele que vive e trabalha no campo, a produção é feita pela força de trabalho familiar, ajuda mútua, parceria e autonomia sobre a jornada de trabalho (OLIVEIRA, 2007). O modo de vida camponesa está, portanto, intimamente ligado à terra, de modo que o camponês é aquele que vive na terra e tira dela o que ela produz para o seu sustento (MOURA, 1988).

O camponês é descrito de múltiplos modos. Nas ciências sociais, conforme Moura (1988, p. 12), é marcado como o “cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com a família”. Nesta concepção, segundo a mesma autora, o

camponês denomina-se ‘camponês parcelar’. Já quando trata-se de terras livres, aquelas que não foram ainda apropriadas, o camponês é chamado de posseiro, pois seu trabalho aí serve somente para o seu próprio sustento e eventualmente para os mercados diversos.

Outra maneira de definir o camponês, ainda segundo Moura (1988, p. 12), é determiná-lo como um cultivador que trabalha a terra. Nesta visão, o camponês produz para sobreviver, mas o excedente de sua produção garante a existência de grupos não produtores. Assim, “na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e, a outra parte, o excedente é comercializado sob a forma de mercadoria” (OLIVEIRA, 1997, p. 51).

Entretanto, Moura (1988, p. 13), salienta que alguns autores fazem a distinção entre o camponês e o pequeno produtor, sendo que estes autores reconhecem o pequeno produtor “como ator fundamental da produção mercantil simples”, enquanto que o camponês é visto de modo indefinido e vago.

O camponês também é percebido como sitiante, quando, de acordo com Moura (1988), é aquele que cultiva uma parcela de terra juntamente com a família. É percebido ainda como “colono, morador ou parceiro” (MOURA, 1988, p. 63), isto quando possui dentro de uma grande propriedade, uma roça; O fato é que o camponês está intimamente ligado à terra e há inúmeras relações sociais que compõem essa relação.

Muitas são as definições sobre o campesinato, pois é um tema amplo. Neves & Silva (2008), ressaltam que o campesinato está presente em inúmeros contextos históricos das sociedades. Conforme as autoras, como categoria analítica e histórica, o campesinato se constitui por “*poliprodutores*”, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo” (NEVES & SILVA, 2008, p.7). O campesinato, de acordo com Wanderley (2004, p. 44), é constituído tradicionalmente como uma “civilização ou como uma cultura”, com um modo específico de ver o mundo, muito mais atrelado à natureza. A autora reforça que no Brasil o campesinato sempre esteve ligado à agricultura e por sua vez, esta sempre teve seus traços fixados na monocultura e no trabalho escravo.

O campesinato é como um hábito de vida que se relaciona com o modo no qual o trabalhador rural se conecta com a terra. Há, nesta relação, certa afetividade e sentimento de pertencimento que formam vínculos significativos que são indissociáveis. Para Gama e Santos (2017, p. 272), o campesinato “é resultado de muita resistência e luta, seja pela terra ou sobrevivência”.

Na concepção de Moura (1988), o campesinato é sempre oprimido pela sociedade, constituído de cultivadores que se opõem à cidade, e que no Brasil, a luta camponesa tem sido ignorada. Neste mesmo enfoque, Caporal (2013), afirma que os camponeses sempre foram vistos como um “grupo marginal”, tendo pouco reconhecimento e estando sempre a serviço das políticas e interesses hegemônicos. Assim, o campesinato era visto como

[...] uma categoria esquecida, espúria, em processo de diferenciação social, em direção a uma das classes polares do capitalismo, era o sinônimo do atraso, da fragilidade política e da dependência; acrescia-se a essas fragilidades a noção da ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco. (WELCH et al; 2009, p.23)

Neste cenário, o campesinato era apenas um resíduo, não tendo reconhecimento histórico da sua presença na sociedade. Várias têm sido as lutas camponesas. Caporal (2013), esclarece que no Brasil há divergências sobre a permanência ou não do campesinato em sociedades globais capitalistas. Conforme essa autora, os estudos sobre o campesinato iniciaram-se no país nas décadas de 1960 e 1970 e subdividiram-se em duas vertentes. Uma dessas vertentes defendia que o campesinato teria surgido a partir do sistema feudal-escravista. Em contrapartida, a outra vertente acredita no surgimento do campesinato na perspectiva do capitalismo mercantil. De acordo com Lopes (2011),

no Brasil, por sua vez, a discussão acerca da existência ou não de uma população camponesa com raízes coloniais ligava-se ao papel atribuído à agricultura no desenvolvimento econômico do país, e, além disso, o termo foi empregado pela(s) esquerda(s) desde os anos 1920 e manteve sua conotação política abrangente, com vistas a garantir o acesso a terra para todos os não proprietários do campo (LOPES, 2011, p.2)

Assim, alguns autores compreendem que o campesinato possui aspectos político-econômicos e outros que o definem numa perspectiva antropológica. Há ainda, autores que preferem compreender o campesinato numa perspectiva apenas econômica. Todavia, convém salientar que em todas as perspectivas de análise, os autores

reconhecem que há o predomínio da mão-de-obra familiar, mesmo que essa não seja suficiente para definir o que seja o campesinato (LOPES, 2011).

Na concepção de Wanderley (2014), o campesinato no Brasil é alvo de acirrados debates e disputas políticas. A mesma autora (2014), reforça que, genericamente, o campesinato é uma forma social de produção. Corroborando com essa definição, a autora pondera que

o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva voltados para as necessidades da família quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p.26)

Forman (2009, p.13), neste mesmo enfoque afirma que “a diversidade de tipos de camponeses que aparece no panorama brasileiro constitui uma parte do sistema socioeconômico e político rural que é, por sua vez, parte de um sistema social e mais amplo”. O mesmo teórico ainda ressalta que são as relações socioeconômicas e políticas que definirão a variedade de camponeses ao longo do tempo.

Assim, Ghizelini e Araguão (2019) declaram que a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, todavia estes estudiosos afirmam que o “campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês” (Ghizelini e Araguão 2019, p. 94), ou seja o camponês e o campesinato estão intimamente ligados com a agricultura familiar.

2.1.2 A agricultura familiar

A agricultura familiar é bastante antiga e marca o início das práticas de cultivo de que temos notícia na história dos povos. Mattei (2014), expõe que essa atividade faz parte das atividades rotineiras do país desde o início do processo de ocupação do território brasileiro. O mesmo autor revela ainda, que por muito tempo a agricultura familiar foi chamada de ‘agricultura de subsistência’.

Este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente durante muito tempo. Os

agricultores familiares¹ eram inclusive “chamados de colonos, sitiantes, posseiros, ribeirinhos, assentados, entre outras designações” (FRANCIO et al, 2016, p. 56). Neste mesmo sentido, Schneider e Nierdele (2008, p. 993), afirmam que "colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos e tantas outras categorias do senso comum estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual". Para Motta e Zarth (2008), todas essas designações não podem ser percebidas sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril.

As políticas públicas agrícolas que eram desenvolvidas visavam beneficiar somente “os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país” (MATTEI, 2014, p.83).

No Brasil, a partir da década de 1980 é que o homem rural passou a organizar-se em movimentos sociais e em grupos. Alguns destes com abrangência tanto local quanto regional e até mesmo com abrangência nacional, como o MST, na luta pela Reforma Agrária. Com a organização sindical, foi possível o homem do campo fazer suas reivindicações e pressionar os governos em busca de seus direitos. Assim, na década de 90, depois de todas as pressões políticas feitas por estes movimentos, ocorreu a recolocação da reforma agrária na agenda política. Com isso, também ocorreu a criação de diversos projetos de assentamentos e a criação do PRONAF, que representou a primeira política federal de âmbito nacional voltada para a produção familiar (ALTAFIN, 2007).

Entretanto, foi no ano de 2006 que a agricultura familiar passa a ser amparada legalmente através da Lei 11.326, de 24 de julho do referido ano, que assim passa a definir o agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

¹ O agricultor familiar, ao longo do tempo recebeu diferentes denominações até chegar a ser reconhecido como agricultor familiar. Outrora já fora denominado “foreiros, os posseiros, os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc.” (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10).

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei n 12.512, de 2011); IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Esta lei passou a ser conhecida como a ‘Lei da agricultura familiar’, tendo em vista que define formalmente o conceito de agricultura familiar, estabelece como deve se dar o enquadramento e os recursos exclusivos da categoria, bem como, as características desse grupo. Para poder acessar ao programa, o produtor deve apresentar a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Essa declaração é emitida por órgãos e entidades autorizadas pelo governo e reconhece no documento as características familiares da família proprietária.

Em 2021, o Governo Federal publicou decreto que alterou as disposições referentes às políticas ligadas à agricultura familiar e instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Conforme Decreto 10.688/2021, Art. 2º, Inciso VI:

“empreendimento familiar rural - empreendimento vinculado à Unidade Familiar de Produção Agrícola (UFPA), instituído por pessoa jurídica e constituído com a finalidade de produção, beneficiamento, processamento ou comercialização de produtos agropecuários, ou ainda para prestação de serviços de turismo rural, desde que formado exclusivamente por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no CAF - Cadastro da Agricultura Familiar. (BRASIL, 2021)

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) passa a substituir a antiga Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), conforme artigo 6º do Decreto. Convém ressaltar, no entanto, que conforme redação do referido artigo, as DAPs continuaram em vigência [até 31 de outubro de 2022], servindo como “instrumento de identificação e de qualificação da UFPA, dos empreendimentos familiares rurais e das formas associativas de organização da agricultura familiar” (BRASIL, 2021). Nesses empreendimentos familiares rurais, as mulheres desempenham papel fundamental e determinante, “realizando porcentagem elevada das tarefas e dos trabalhos nas sociedades rurais, particularmente nas tradicionais”, conforme Pereira (2015, p. 22).

Abramovay e Silva (2000), destacam que a mulher rural é a responsável pelo trabalho doméstico e também pelos cuidados com o quintal, o que abrange desde o cuidado com pequenos animais, bem como o cultivo e a transformação de alimentos para o autoconsumo. No entanto, “elas também realizam atividades nas lavouras e na

produção de alimentos, que muitas vezes não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura” (HERRERA, 2016, p. 209-210).

Conforme Brumer (2004), a mulher ocupa uma posição subordinada, na qual muitas vezes parece estar “ajudando”, mesmo que trabalhem tanto quanto os homens ou façam as mesmas atividades que estes. Agne e Waquil (2015), neste mesmo enfoque, destacam que o papel da mulher na agricultura foi ao longo do tempo sendo modificado. O Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), identificou que de um universo de 5.073.324² estabelecimentos rurais, cerca de 946 mil mulheres são responsáveis pela gestão das propriedades rurais.

Este cenário fora antevisto por Agne e Waquil (2015), que já em seus estudos analisaram o papel da mulher e seu impacto nas organizações familiares rurais. De acordo com estes autores a "participação feminina é complexa, não podendo ser resumida à fonte de trabalho complementar ao masculino e tão pouco reduzido às funções de cuidar dos filhos e do marido” (AGNE e WAQUIL, 2015, p.223).

No Rio Grande do Sul, o IBGE revelou, através do Censo Agropecuário de 2017, que cerca de 12% dos estabelecimentos são dirigidos por mulheres. Esse dado diverge com os números apresentados no relatório técnico de Menezes & Bock (2022), o qual revela que das propriedades que possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) cerca 37% têm uma mulher como gestora responsável.

Convém lembrar que a produção familiar é constituída por uma estrutura social bastante “flexível no que diz respeito a suas formas de organização da produção, podendo chegar aos extremos da monocultura ou da policultura” (MIOR, 2005, p. 64). Além disso, na proporção em que a agricultura foi se especializando também foi aumentando as relações, tanto técnico-produtivas quanto comerciais (MIOR, 2005).

No entanto, para o produtor ter as condições para produzir, comercializar e tentar obter alguma forma de lucro com a sua produção é necessário investimento. Aquino, Gazolla e Schneider (2020), exortam que um dos requisitos fundamentais para promover o desenvolvimento de uma nação é a criação de políticas públicas de crédito e

² Dados disponíveis na página do IBGE: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html Acesso em 25 de março de 2022.

financiamento rural. Particularmente pelo programa de fortalecimento da agricultura familiar, o PRONAF.

2.2 O PRONAF E SUA APLICAÇÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF é um programa do Governo Federal que objetiva prestar atendimento diferenciado aos pequenos agricultores, buscando fortalecer as atividades desenvolvidas por estes agricultores. Schneider (2004), aponta que este programa é um dos acontecimentos mais importantes no universo das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Uma das modalidades do Pronaf disponíveis aos agricultores é o Pronaf Agroindústria, aplicado às agroindústrias familiares.

2.2.1 O Pronaf

O Pronaf é uma das respostas do Estado às diversas mobilizações de reivindicações de agricultores e de trabalhadores rurais que interpelavam mediante a manutenção do latifúndio e das relações de poder no campo. A partir da década de 1950, os governos investiram na modernização da agropecuária brasileira. No ano de 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da Lei 4.829/1965.

Essa lei tinha a finalidade de financiar o custeio, o investimento, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários de médios e grandes proprietários rurais; os pequenos produtores rurais permaneceram à margem do sistema financeiro. Além disso, “determinou que todos os bancos emprestassem um percentual mínimo de seus depósitos à vista (inicialmente, 10%), chamado de exigibilidade, em operações de crédito rural, com taxas de juros bem abaixo das praticadas em outras operações de empréstimo e financiamento” (BACARIN e OLIVEIRA, 2020, p. 4).

Mattei (2005), afirma que até o início da década de 1990, não havia nenhuma política pública, que tivesse abrangência nacional e fosse voltada ao atendimento “das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era,

inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira” (MATTEI, 2005, p. 12).

Depois de inúmeras reivindicações e mobilização públicas, em 1996 foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com taxas de juros menores do que o SNCR e com o intuito de financiar projetos de custeio e investimentos exclusivos de agricultores familiares. Além disso, Mattei (2015), afirma que a criação do Pronaf legitimou os agricultores familiares, uma vez que estes eram uma categoria praticamente marginalizada no que se tratava ao acesso aos benefícios da política agrícola até então. Para Schneider, Cazella e Mattei (2021), o Pronaf é um divisor de águas, tendo em vista que além de atender às reivindicações históricas, também reconhece o agricultor familiar e seu papel significativo dentro da sociedade (FOSSÁ, MATTE e MATTEI, 2022).

A criação do Pronaf atendeu às reivindicações dos trabalhadores rurais e agricultores que manifestavam a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento que era o mais fragilizado da agricultura brasileira, em termos de capacidade técnica e inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2015).

O Pronaf foi evoluindo com o passar dos anos, se estruturou e assim foi aumentando consideravelmente seu campo de atuação o que beneficiou os agricultores e aumentou o número de contratos (JUNIOR, 2010). A inclusão de novas linhas de crédito e a inserção de segmentos como as mulheres, os jovens, os pescadores, os indígenas e quilombolas favoreceram a legitimação e o reconhecimento de atividades agrícolas no meio rural, bem como o turismo rural, o agrocombustível e a industrialização.

Essa ampliação do programa elevou-o para níveis tecnológicos, especialização e escalas crescentes, que, de acordo com Mior (2005), acabam por promover um processo de seleção e exclusão, especialmente daqueles produtores que são mais integrados às clássicas cadeias produtivas. Para Wilkinson (1999, 2000),

a agricultura familiar deveria vir a ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo levanta a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem

desde o mercado informal até mercado de nicho, produtos orgânicos e de qualidade diferenciada (apud MIOR, 2005 p. 71).

As políticas públicas são ações fundamentais para garantir direitos àqueles que outrora foram negligenciados e “invisíveis”. O Pronaf veio tentar sanar essa invisibilidade que o pequeno agricultor tinha até então. As políticas de crédito rural, no Brasil estão diretamente relacionadas com o processo de modernização da agricultura, tendo em vista que a finalidade inicial era oferecer acesso aos recursos para os agricultores, visando a adoção de tecnologia e o aumento da produtividade (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A agroindustrialização dos produtos produzidos pelos agricultores rurais é visto como uma “extensão das atividades agrícolas, ou seja, esses agricultores se apropriam de todo o processo produtivo, desde a produção de matéria-prima até a obtenção do produto final, já processado” (ROSA, 2011, p.13). Para a agroindustrialização familiar, o governo federal criou, em 1998, uma linha de crédito denominada Agregação de Renda à Atividade Rural, também denominada de Pronaf-Agregar, que era destinado a financiar projetos individuais ou coletivos que envolvesse infraestrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos, dentre outros. Em 2003, o Pronaf-Agregar foi renomeado para Pronaf-Agroindústria.

O programa Pronaf tem como intuito o fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e oportunizando apoio tanto técnico quanto financeiro. Além disso, o programa busca contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa possui alguns propósitos específicos como

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER, et al, 2004, p. 3)

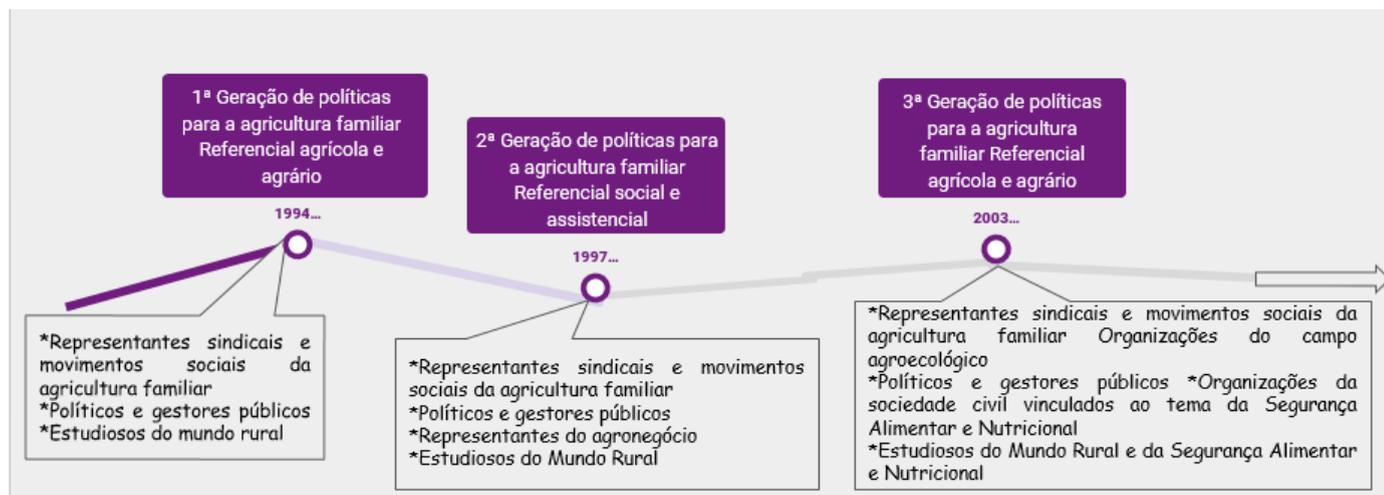
O programa Pronaf tem nove subprogramas, conforme informações do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), nos quais cada um busca apoiar um setor da

agricultura familiar. O produtor que deseja o financiamento de itens que se relacionem à atividade agrícola ou pecuária pode recorrer ao Pronaf Custeio. Já, o agricultor e produtor rural familiar, pessoas físicas e jurídicas e cooperativas que buscam o financiamento para armazenagem, processamento, beneficiamento e comercialização agrícola, extrativista, exploração artesanal e de produtos florestais podem buscar apoio do Pronaf Agroindústrias. As mulheres podem buscar recursos do subprograma Pronaf Mulher. Os agricultores que buscam investir em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos podem beneficiar-se do subprograma Pronaf Agroecologia. Os que buscam investir em tecnologias de energia renovável, ambiental, armazenamento hídrico, silvicultura e práticas conservacionistas ou de recuperação do solo, podem recorrer ao Pronaf Bioeconomia.

Outro subprograma do Pronaf é o Pronaf Mais Alimentos, que é uma linha de crédito para quem busca investir na estrutura de produção e serviços, visando aumentar a produtividade e elevar a renda da família. Para os jovens maiores de 16 anos e menores de 29 anos, que buscam investir nas atividades de produção podem buscar o auxílio do Pronaf Jovem. O Pronaf Microcrédito destina-se às pessoas físicas que tenham renda bruta de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O nono subprograma é o Pronaf Cotas-parte que propõe o financiamento para integralização de cotas-partes pelos beneficiários do Pronaf que sejam associados a cooperativas de produção rural.

Vários são os atores que participaram da construção das políticas para a agricultura familiar, especialmente atuantes na construção dos referenciais de política pública para a agricultura familiar a partir dos anos noventa. Os autores Grisa e Schneider (2015) apontam os principais atores em ‘três gerações’, conforme figura a seguir:

Figura 1 - Atores atuantes na construção dos referenciais de política pública para a agricultura familiar ao longo do tempo



Fonte: Adaptado de GRISA; SCHNEIDER, 2015. Autores, 2022.

Grisa e Schneider (2015), apontam que na primeira geração de políticas para a agricultura familiar ocorreu o que os autores denominam de construção de um referencial agrícola e agrário. Isto porque, de acordo com os autores, algumas das demandas dos representantes da agricultura familiar foram inseridas e institucionalizadas quando foi criada a Lei Agrícola. Essa lei deu reconhecimento aos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política agrícola diferenciada destinada aos pequenos agricultores. A referida lei também reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Os principais atores dessa primeira geração foram: os representantes sindicais e dos movimentos sociais; gestores públicos e estudiosos do mundo rural.

A segunda geração de políticas para a agricultura familiar é denominada por Grisa e Schneider (2015), como a fase de construção do referencial social e assistencial. Nesta etapa, segundo os teóricos supracitados, "as políticas para a agricultura familiar se aproximaram das políticas sociais" (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 11). Esta etapa é apontada pelos autores como a geração da redução da pobreza e da desigualdade no meio rural (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Os principais atores dessa geração foram: os representantes sindicais e dos movimentos sociais; gestores públicos, representantes do agronegócio e estudiosos do mundo rural.

A terceira geração de política para a agricultura familiar, é compreendida por Grisa e Schneider (2015), como a época da construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. De acordo com os autores, no ano de 2002 é que se conseguiu inserir na pauta “a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um novo referencial orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade” (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 14). Os principais atores dessa geração foram: os representantes sindicais e dos movimentos sociais; representantes de organizações ecológicas; políticas e gestores públicos; organizações da sociedade civil vinculadas à segurança alimentar e nutricional e estudiosos do mundo rural e da segurança alimentar e nutricional.

O Pronaf é recorrentemente, ao longo dos anos de existência, avaliado por inúmeros autores e instituições. O fato que muitos autores concordam é que há limitações no programa, mas também admitem que apesar das limitações, o Pronaf “representa um avanço por ter sido a primeira política pública a diferenciar o tratamento dado aos produtores rurais de acordo com seu perfil socioeconômico” (BNDES, 2011, p. 3).

O Pronaf precisou, e precisa, de avanços, mas teve o mérito de permitir que as políticas públicas passassem a atingir um segmento social rural que até então não era contemplado: os agricultores familiares. Nota-se o percurso que ocorreu ao longo dos anos até os agricultores familiares terem uma linha de crédito específica também destinada às agroindústrias familiares.

2.2.2 Pronaf Agroindústria

Os agricultores familiares frequentemente realizam o processamento de produtos agropecuários prioritariamente para autoconsumo. Esse processamento muitas vezes vai além de ser somente para o autoconsumo, pois os agricultores acabam vendendo os produtos excedentes. É aí que entram as agroindústrias, na tentativa de estreitar as relações do campo com as fábricas e estabelecer relações comerciais com os mercados.

De acordo com o Canal Agro (2020), em geral, "a agroindústria permite aos produtos rurais começarem a ser beneficiados ainda nas fazendas e aos agricultores ou pecuaristas deixarem de ser apenas fornecedores de matérias-primas para ganhar outros espaços nos comércios nacional e internacional" (CANAL AGRO, 2020). Da mesma forma as agroindústrias familiares.

A agroindústria pode ser definida como um "ambiente físico equipado e preparado onde um conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas agropecuárias provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura são realizadas de forma sistemática" (BRASIL, 2021). A agroindústria é ainda definida, como "um modo de carrear para o setor agropecuária a renda gerada pelas atividades de armazenagem, beneficiamento, industrialização, transporte e distribuição final do produto agropecuário" (SANTOS e FILHO, 1981, p. 2). Desta forma, constitui-se uma cadeia produtiva.

A agroindústria familiar, de acordo com Mior (2005), refere-se à "uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização" (MIOR, 2005, p. 8). Esse mesmo autor reforça ainda que há outros pontos que caracterizam a agroindústria familiar rural, como por exemplo, o fato dela ser localizada no meio rural e a utilização de máquinas e equipamentos serem em escalas menores, além disso as agroindústrias familiares têm como procedência da matéria-prima a própria propriedade, em sua maior parte, ou de vizinhos. Há ainda a predominância da mão-de-obra familiar e de processos artesanais próprios de transformação. Algumas vezes podem vir a ser um empreendimento que reúne uma ou mais famílias formando assim uma associação. Outro fator que caracteriza a agroindústria familiar, segundo Mior (2005), é que ela está cada dia mais incorporando os aspectos legais tanto sanitários quanto ambientais e fiscais.

Junior (2011), aponta que os agricultores familiares passaram a dedicar-se à agroindustrialização da produção devido à baixa rentabilidade que obtinham das demais atividades que eram exercidas dentro da propriedade. Conforme Junior (2011), a maior parte dos casos a agroindustrialização surgiu num contexto que foi devido às insatisfações econômicas e as diversas safras frustradas, concomitantemente com a redução dos preços das *commodities* e o aumento do valor dos insumos. De acordo com

o portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a agroindústria tem cerca de 5,9% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, no contexto geral. Uma parcela de participação têm as agroindústrias familiares

O Pronaf Agroindústria é uma linha de crédito que está inserida dentro do programa Pronaf e visa conceder o

financiamento a agricultores e produtores rurais (pessoa física e jurídica) e a cooperativas, para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais, e para apoio à exploração de turismo rural (BNDES, 2022).

O crédito disponível no Pronaf Agroindústria pode ser acessado por pessoas físicas que estejam enquadradas nos critérios do Pronaf e que tenham, no mínimo, 80% de produção própria e esta produção seja comercializada, beneficiada ou processada. Entretanto, para os empreendimentos rurais familiares que possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pessoa jurídica, o índice é de 70% da produção própria para beneficiamento, processamento ou comercialização.

As cooperativas, por sua vez, precisam ter cerca de 55% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada oriundas dos associados e/ou cooperados e comprovar que pelo menos 60% dos seus associados estejam inseridos nos critérios do Pronaf. Além disso, deverão comprovar pela apresentação de relação com o número da DAP que precisa estar ativa no nome de cada associado.

O valor máximo do Pronaf Agroindústria para pessoas físicas é de R\$ 200 mil por beneficiário, enquanto para pessoa jurídica (empreendimento familiar rural) o valor varia entre R\$ 7 milhões (para condomínios de produtores de leite) e R\$ 400 mil (demais empreendimentos familiares rurais) (BNDES, 2022). Já as cooperativas familiares podem financiar até R\$ 35 milhões, desde que observado o limite de R\$ 45 mil por associado relacionado na DAP emitida para a cooperativa.

As agroindústrias trazem inúmeros benefícios aos agricultores. Além disso, atuam como uma importante fonte de renda aos agricultores. Muitas agroindústrias, inclusive nascem nas cozinhas das casas dos agricultores. Posteriormente, os agricultores se adequam às normas regulamentadoras para a comercialização de seus produtos.

2.3 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

As agroindústrias familiares são, na concepção de Prezotto (2005), uma espécie de ressignificação das práticas tradicionais das famílias dos agricultores. Assim, assumem papel diferenciado, deixando de ter um caráter doméstico e orientado apenas para o consumo das famílias, e, em muitos casos, passa a se tornar a responsável pela manutenção de inúmeras propriedades rurais (PREZOTTO, 2005). Em diversos casos, tornando-se a maior fonte de renda.

As agroindústrias familiares são definidas por MIOR (2005), como

forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo (MIOR, 2005, p. 178).

O mesmo autor (2005, p. 190), reforça ainda que “a origem e evolução das agroindústrias familiares podem ser vistas como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interagem quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias”.

Instan et al (2015), destacam que as agroindústrias são importantes para o reconhecimento econômico das famílias e que são inúmeras vezes

a única forma de garantir o aumento da durabilidade dos alimentos e o auto abastecimento das famílias, podendo também ser motivada por hábitos culturais de consumo ou para a obtenção de outros produtos, como as farinhas ou os derivados de leite como os queijos, a nata e a manteiga. (INSTAN et al, 2015, p. 3)

No Brasil, as agroindústrias familiares estão sob a responsabilidade do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MAPA apoia "a implementação de ações para capacitar o agricultor familiar, inserir e mantê-lo de forma competitiva no mercado" (MAPA, 2022).

No estado do Rio Grande do Sul há o reconhecimento da agroindustrialização da produção agrícola familiar como uma significativa alternativa na geração de renda para estes produtores. O ato de processar e comercializar a própria produção dá certa autonomia aos agricultores que ficam independentes dos complexos agroindustriais via

integração e mais resilientes em relação às oscilações dos mercados. O Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) implantado pelo governo do estado visa o desenvolvimento estratégico do Rio Grande do Sul, amparado na legalização e na constituição de agroindústrias familiares.

O PEAf foi criado pela Lei n.º 13.921, de 17 de Janeiro de 2012, que instituiu a Política Estadual Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. O intuito da referida lei, conforme o artigo 1º, é o “da agregação de valor à produção agropecuária, à atividade pesqueira e à aquicultura e extrativista vegetal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda” (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O PEAf contribui para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, inclusive permitindo e facilitando a legalização destes empreendimentos. Até 12 de maio de 2022, conforme relação das Agroindústrias disponíveis no portal da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa contava com 1.640 agroindústrias familiares cadastradas e entre essas, seis agroindústrias eram do município de Cachoeira do Sul.

Na última atualização de agroindústrias do PEAf (incluídas até 19 de agosto de 2022), o número de agroindústrias cachoeirenses incluídas passou a ser de oito empreendimentos. Convém destacar que dos empreendimentos cadastrados a maioria está ligada ao processamento de panificados, apenas duas estão ligadas ao processamento de mel/melados e outra ao processamento de legumes minimamente processados. Há ainda uma agroindústria cadastrada ligada ao processamento de sucos, frutas e polpas, porém esta agroindústria já não está mais na ativa, conforme dados repassados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária - SMAP - de Cachoeira do Sul. Os dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária - SMAP - de Cachoeira do Sul, apontam que em 2022 existem 16 agroindústrias familiares regulamentadas e ativas no município. Todos os empreendimentos são inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM. Conforme o quadro abaixo, fazem parte desta relação às seguintes agroindústrias familiares:

Quadro 01 - Relação de Agroindústrias Familiares regulamentadas e ativas no município de Cachoeira do Sul (novembro de 2022)

N.	Nome da Agroindústria Familiar
1	Sabores da Terra
2	Maria Elza Multialimentos
3	Divino Sabor
4	Agro Panificados
5	Delícias Caseiras
6	Casa das Trabalhadoras Rurais
7	Leite da Vaquinha
8	Vida Camponesa
9	Mico Carnes
10	Linguiça Tallowitz
11	Ovos Agne
12	Apiário Palmeira
13	Mel Cachoeira
14	CV Linguiças
15	Acapi
16	Don Antônio Produtos Seleccionados

Fonte: SMAP, 2022.

A última agroindústria que foi cadastrada no SIM, a Don Antônio Produtos Seleccionados é a responsável por produzir linguiças congeladas e seladas a vácuo; ela foi registrada em julho do corrente ano. Convém destacar que a maior parte das mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas neste estudo está ligada a um desses empreendimentos regulamentado no município. Duas delas ainda encontram-se em processo de adaptação para se cadastrarem no SIM. No momento da pesquisa, uma destas agroindústrias familiares já possuía o registro de inscrição estadual e certificação de conformidade orgânica, pois é referência na venda de abobrinha, berinjela, melão, noz pecan barton, pepino, pêsego nandinho, tomate, uva francesa e vagem.

2.4 PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GESTÃO

As organizações estão em constante mudança e a todo tempo competindo entre si, isso faz com que estejam sempre em busca de inovações a fim de atenderem às demandas do mercado. Cada organização tem características específicas. Assim, as equipes que atuam nessas organizações também possuem determinados conhecimentos, experiências e habilidades que são importantes no processo de gestão, fazendo com que cada organização busque executar seus negócios com eficácia, evitando falhas. A organização tradicional, piramidal, centrada num “chefe” parece dar lugar a organizações mais modernas, orientadas para processos. E são justamente os processos organizacionais que interessam aqui.

Para Chiavenato (2004), o propósito de toda organização é produzir produtos ou serviços que satisfaçam todas as necessidades dos clientes, sejam eles consumidores, usuários, contribuintes ou associados. Gonçalves (2000), esclarece que não há um produto ou um serviço que seja oferecido ou prestado por uma empresa sem que tenha um processo organizacional ou empresarial. Neste sentido, Lobo (2008), destaca que

[...] a Gestão de Processos de Negócio [GPN] ou Business Process Management [BPM] surgiu como uma proposta de estrutura organizacional horizontal, onde os processos devem ser tratados de forma integrada, podendo proporcionar benefícios para as organizações que dela se utiliza (Gonçalves, 2000a). Trata-se de uma abordagem que possibilita a busca pela qualidade nos produtos e/ou serviços ofertados aos clientes, além de promover a melhoria contínua (LOBO, 2008, p. 03).

Desse modo, é importante ressaltar que processo é definido como “um conjunto de atividades interdependentes, ordenadas no tempo e no espaço de forma encadeada, que possuem um objetivo, início e fim, entradas e saídas bem definidas, ou comportamentos executados para alcançar uma ou mais metas” (Portaria PGR/MPF nº 205, 2013, p. 1).

Na concepção de Gonçalves (2000), processo é “qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma um *input*, adiciona valor a ele e fornece um *output* a um cliente específico. Os processos utilizam os recursos da organização para oferecer resultados objetivos aos seus clientes” (GONÇALVES, 2000, p. 2). Nesta mesma perspectiva Chiavenato (2004), aponta que processo é “uma sequência de funções que

se sucedem, uma maneira sistemática de fazer as coisas. É um meio, método ou maneira de conduzir certas atividades (CHIAVENATO, 2004, p. 15). Este teórico ainda elucida que processo administrativo nada mais é do que uma sequência das funções administrativas a saber: planejar, organizar, dirigir e controlar.

Um processo organizacional, precisa ser organizado, ter objetivos bem definidos, ter clareza no que será executado e saber quais objetivos são almejados. Além disso, é necessário também que um processo organizacional tenha recursos previstos para a execução da atividade e que as ações sejam devidamente documentadas, ou seja, deixar bem claro os fluxos de trabalho entre os setores, possibilitando visualizar a informação de como é realizada uma tarefa, uma atividade ou mesmo um processo inteiro.

Adair e Murray (apud Lima (2022)), apontam que processo é o conjunto de tarefas que possui a finalidade de gerar um resultado que possa ser identificado. Assim, Lima (2022), destaca que todo processo apresenta uma sequência lógica e que há três tipos de processos organizacionais. Os processos, de acordo com Lima (2022), podem ser classificados como processos de negócios, processos organizacionais e processos gerenciais. Neste trabalho os processos de negócio, organizacionais e gerenciais foram adotados como referência teórica.

Hörbe et al (2015), entende que para se realizar o gerenciamento por processos, é necessário, prioritariamente, realizar o mapeamento de processos. Neste mapeamento, conforme os autores, é necessário realizar o levantamento do fluxo de atividades que permeia a organização, verificando os diversos departamentos, áreas e funções, a fim de serem identificados gargalos e duplicidade de atividades. Entende-se assim, que o mapeamento é “o desenho sistêmico das atividades e descobrir quais áreas ou funções participam do processo, agregando ou não valor” (HÖRBE et al, 2015, p. 228).

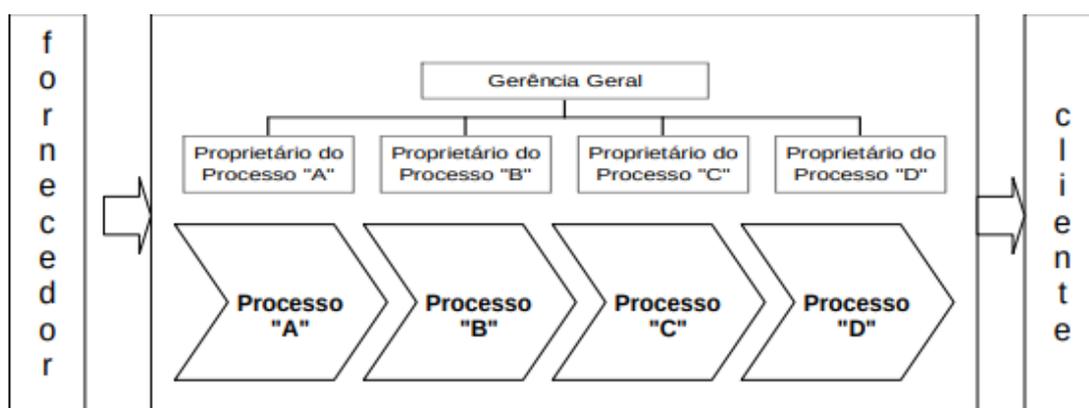
Os processos de negócios, também chamados de processos de cliente ou processos produtivos, caracterizam-se pela atuação da organização e são respaldados por outros processos internos que irão gerar o produto ou serviço que será entregue para o cliente. As vendas, o desenvolvimento de produtos e a fabricação e manutenção de máquinas são exemplos deste tipo de processo (LIMA, 2022).

Os processos que são centrados na organização e possibilitam o funcionamento de vários subsistemas dentro desta organização, são denominados processos de integração organizacional ou processos organizacionais. Este tipo de processo busca garantir o auxílio adequado aos processos de negócio, deixando claro os fluxos de trabalho entre os setores (LIMA, 2022).

Desse modo, é possível sistematizar, monitorar, avaliar e implantar melhorias. As compras, o treinamento operacional e o recrutamento e seleção, são exemplos de processos organizacionais. Quando ocorre a fixação de metas, avaliação do resultado da organização, têm-se os processos gerenciais, os quais são focados nas ações de medição e ajuste do desempenho da organização (LIMA, 2022).

Maximiano (2000), afirma que por meio de processos organizacionais é que o sistema transforma os recursos com o intuito de produzir alguns resultados. Neste mesmo sentido, Oliveira e Almeida Neto (2013), afirmam que o mapeamento de processos permite entender o negócio identificando os gargalos e ineficiência. Também possibilita padronizar e sistematizar o conhecimento, analisa oportunidades de melhorias e reengenharia. Com isso, facilita-se a busca pela solução dos problemas e a implementação de melhorias com o desenvolvimento de ações estratégicas (ALMEIDA et al., 2021). A seguir, a figura 2 apresenta a organização orientada para os processos do negócio.

Figura 2 - A Organização Orientada para os Processos do Negócio



Fonte: Adaptado de LIMA (2022, p. 6, apud SLACK et al, 2000).

A gestão por processos orienta para gerir as organizações com foco nos processos. Possibilita à empresa pensar em sua melhor maneira de fazer negócios, identificando os gargalos, mapeando, analisando, documentando e melhorando

continuamente tais processos. A estrutura organizacional, conforme Chiavenato (2014), é o meio pelo qual as atividades da organização são divididas e coordenadas, são nas palavras deste autor “a arquitetura ou formato organizacional” (CHIAVENATO, 2014, p. 137).

Para este trabalho, optou-se por seguir a abordagem representada na Figura 2, proposta pelo professor, economista, administrador e consultor Fábio Uchôas de Lima. De um lado, está o fornecedor e de outro lado, o cliente (consumidor). Entre esses dois estão os processos organizacionais e a gerência geral. O cliente e o fornecedor não constituem os processos de uma organização. Deste modo, compreende-se que o foco da organização em análise neste trabalho é o cliente. Além disso, a organização tem responsabilidade com o processo inteiro e com os resultados e apresenta uma estrutura forte tanto interna quanto externamente. Sendo assim, entende-se que a organização em análise neste trabalho é uma organização orientada para os processos do negócio.

2.5 A PARTICIPAÇÃO

O conceito de participação é elementar. A participação é uma temática bastante analisada, especialmente nas ciências sociais. Ela pode ser vista nas mais diversas práticas cotidianas, quais sejam: movimentos e organizações sociais, sindicatos, na família, no trabalho, na comunidade, dentre tantas outras práticas.

Conforme Gohn (2019), a participação é um dos vocábulos mais presentes no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Demo (1999), afirma que a participação pressupõe conquista dos cidadãos. Para Milani (2008), "a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social" (MILANI, 2008, p. 560).

Assim, pode-se afirmar que os modos de participação variam conforme os cenários históricos, geográficos e de acordo com os contextos sociais nos quais estão imersos. No entanto, é irrevogável que desde sua origem o homem vive agrupado com seus iguais e a participação vem o acompanhando (BORDENAVE, 1994). Neste mesmo enfoque, Binda (2014, p. 28), atesta que a participação é “um indicador da variabilidade

das práticas sustentáveis”. De acordo com o autor, os diferentes níveis de participação colaboram para diminuir os problemas no espaço rural, sejam estes problemas sociais, econômicos ou ambientais.

Já, Milani (2008), constata que a “participação é reivindicação histórica de alguns movimentos sociais, por exemplo os relacionados à pauta dos trabalhadores rurais sem-terra, à gestão de políticas urbanas ou à educação popular” (MILANI, 2008, p.554).

Gohn (2016), afirma que a participação pode ser analisada em três níveis distintos, sendo o conceptual, o político e o da prática social. Conforme esta autora, no primeiro nível, o conceptual, a participação é vista como bastante ambígua e sua fundamentação varia conforme os paradigmas teóricos nos quais se solidifica. No nível político, a participação é associada aos processos de democratização. Nesse sentido, a autora destaca que

[...] ela também pode ser utilizada como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social (GOHN, 2016, p.16-17).

No terceiro nível de análise da participação, conforme Gohn (2016), a participação corresponde ao processo social, uma vez que na concepção dessa autora é neste nível de análise que a participação passa a abordar ações concretas delineadas pelos movimentos e organizações que lutam com o intuito de realizarem algum propósito. A participação é então concebida nesse nível como essencial para viabilizar conquistas (GOHN, 2016). Neste sentido, Freire (2011), afirma que a participação é necessária para criar as condições necessárias para a emancipação.

Gohn (2019), esclarece que o termo participação varia conforme o período histórico e sua conjuntura. Muitas vezes o conceito de participação aparece associado a diversos outros termos tais como democracia, organização, cidadania, solidariedade, representação, direitos, exclusão dentre outros. A autora ainda explica que inúmeros são os teóricos que se debruçam sobre essa temática.

A participação é, de acordo com Chiavenato (1994), o envolvimento das pessoas. De acordo com este autor, as pessoas se sentem envolvidas emocional e mentalmente e com isso, encorajadas a engajar-se e participar de modo a contribuir com

os objetivos do grupo no qual estão inseridas. Nesta percepção a participação requer o envolvimento, a integração das pessoas. Neste enfoque, Gohn (2019), sentencia que após a década de 1980, o conceito de participação associou-se a uma outra categoria, denominada pela autora como medida de cidadania. A participação, portanto, “está associada a outra categoria, que é a da exclusão social” (GOHN, 2019, p. 66).

No âmbito político, o Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991), enumera uma série de atividades, como o voto ou a participação em reuniões de candidatos, por exemplo, que são tidas como participação política. Todavia, os autores alertam que o fato de participar pode ir desde a condição de espectador até a condição de protagonista, ou seja, de destaque. Os teóricos salientam ainda que o voto era o tipo de participação política mais valorizado pela ciência política até pouco tempo, mas, na contemporaneidade, a participação política tem adquirido novas formas e menos pacíficas, como as manifestações de protesto, marchas, ocupação de edifícios, dentre outras.

Gohn (2019), sentencia que

a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações, etc. O pluralismo é a marca dessa concepção de participação, segundo a qual, os partidos políticos não são os únicos atores importantes, pois há de se considerar, também, os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos (GOHN, 2019, p. 67).

Desse modo, pressupõe-se que as mais variadas experiências associativas são relevantes para o processo de fortalecimento da sociedade, sejam grupos de jovens, grupos de mulheres, de idosos, associações de bairros ou conselhos de igrejas. A participação requer envolvimento e abandona o isolamento, além disso tem “caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos” (GOHN, 2019, p. 67).

A participação, segundo Gudolle (2010), é um termo que está em constante evolução e renova-se no âmbito das relações. Conforme esse autor, as pessoas quando passam a participar das práticas socioculturais adquirem conhecimentos e habilidades e deste modo passam a ter maior domínio das suas condições de trabalho. Entende-se, nessa perspectiva, que o conceito de participação é essencial para a criação das condições necessárias à emancipação e que participação é de fato uma prática social

quer seja subjetiva ou objetiva. E é exatamente nesse sentido emancipatório que ela se encontra neste trabalho relacionado às mulheres trabalhadoras rurais.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa carece de um método que seja adequado para que se possa atingir os objetivos que são propostos. Severino (2014, p. 88), pondera que a ciência é feita “quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”.

O mesmo autor ainda afirma que a ciência tem um método que lhe é próprio, o *método científico*. Segundo esse autor supracitado, isso é elemento fundamental do processo do conhecimento que é realizado pela ciência e serve para diferenciá-la do senso comum e da subjetividade humana. Na visão de Minayo (2012, p. 622),

fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. [...] a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora (MINAYO, 2012, p. 622).

Nesta perspectiva, subentende-se o quão importante é a escolha do método e a metodologia a ser utilizada em qualquer estudo científico. Gil (2008), afirma que o método pode ser definido como o caminho para que seja possível chegar a um determinado fim. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 85), o método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que possibilitam alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido e, identificando erros, auxiliando nas decisões.

Minayo (2015, p.14), por sua vez, esclarece que a metodologia pode ser entendida como o “caminho do pensamento”, no qual está incluso o método e as técnicas a serem utilizadas, bem como a criatividade do pesquisador. Além disso, para esta teórica (2015, p.14), a metodologia deve “dispor de um instrumento claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Inicialmente se tentou utilizar a técnica de grupo focal, como método de coleta dos dados, o que não foi possível tendo em vista que não se atingiu o número mínimo de participantes para a realização do referido grupo focal. A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2008, p. 27), tem como basilar finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”.

Para Chizzotti (2015), a pesquisa qualitativa permite esclarecer situações e até mesmo a conscientização do próprio pesquisador: “provocar o esclarecimento de uma situação para uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e as estratégias de resolvê-los” (CHIZZOTTI, 2008, p. 104). O propósito deste estudo, portanto, é desenvolver e esclarecer algumas ideias sobre determinados conceitos relacionados ao estudo da gestão de agroindústrias familiares e a participação das mulheres.

Saccol (2012), define as investigações de caráter qualitativo como sendo aquelas em que o alvo são situações complexas ou estritamente particulares. A mesma autora explana ainda que ao empregar uma metodologia qualitativa é possível “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certos elementos, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por indivíduos e grupos sociais” (SACCOL, 2012, p. 35). Assim, estudos com abordagem qualitativa podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e permitir o entrosamento das particularidades do comportamento das pessoas.

A abordagem qualitativa, de acordo com Lakatos e Marconi (2008), não aceita regras precisas. Conforme Lakatos e Marconi (1991), este tipo de abordagem é uma pesquisa que tem como princípio, analisar e interpretar aspectos mais profundos, esmiuçando a complexidade do comportamento humano e fazendo análises detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Perante as dificuldades em reunir as mulheres selecionadas para este estudo em Grupo Focal, optou-se então como metodologia de coleta de dados, pela aplicação da técnica da entrevista semiestruturada. Para isso, foram convidadas sete mulheres trabalhadoras rurais, ligadas às agroindústrias familiares. As mulheres são ligadas à Feira da Agricultura Familiar (projeto desenvolvido pela UERGS - Cachoeira do Sul), ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e à Emater.

As mulheres, então, foram convidadas para o Grupo Focal. O primeiro encontro, para realização do grupo focal, ocorreu em espaço neutro, na unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), no dia seis de setembro. Com o encontro agendado, a pesquisadora preparou o ambiente para que fosse agradável e

acolhedor possível. Todavia, minutos antes algumas das presenças confirmadas enviaram mensagens comunicando suas impossibilidades de comparecer.

Neste primeiro encontro, compareceram apenas duas mulheres trabalhadoras rurais, as quais foram entrevistadas. As mulheres que não puderam participar alegaram: problemas de saúde na família; encomenda de última hora, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); atividade na agroindústria; outra justificou a ausência devido a ter que auxiliar o nascimento de um terneiro e a última, trabalhadora rural e participante em uma agroindústria, não pode se distanciar do seu ofício de empregada doméstica. Todos esses fatores comprovam o quanto a rotina dessas mulheres é sobrecarregada e intensa.

Diante de todos os imprevistos, fez-se contato com as convidadas para um novo encontro. Para facilitar, optou-se por realizar um encontro online via *Google.Meet*, o que também não foi possível. Assim, foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas com as demais mulheres via ligação telefônica, por *WhatsApp* e presencialmente.

A entrevista é uma técnica considerada como a “técnica por excelência”, por alguns autores. Para Gil (2008) e Heguete (2000), a entrevista é um modo de interação social. Além disso, Gil (2008, p.109), ainda menciona que a entrevista é instrumento adequado para se obter informações acerca do que “as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram”, o teórico ainda afirma que com a entrevista é possível também conhecer as explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

Nesta perspectiva Chizzotti (2008) sentencia que “o testemunho oral das pessoas presente em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema investigado” (CHIZZOTTI, 2008, p.17). Entende-se portanto que através do testemunho oral pode-se obter muitos esclarecimento e até mesmo identificar fatos que outrora não foram percebidos.

Para Minayo (2015), a entrevista semiestruturada permite a possibilidade do entrevistado falar sobre assuntos sem se prender à indagação formulada. Também realizou-se ao longo deste estudo algumas entrevistas informais que na concepção de Gil (2008), são recomendadas para os estudos exploratórios, pois objetivam a obtenção

de uma visão geral do problema pesquisado. Além disso, também procedeu-se com algumas visitas de campo à propriedade.

COLETA DOS DADOS

Os dados da pesquisa deste estudo envolvem dados primários e secundários. Para o estudo realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o assunto pertinente buscando referências para constituir o referencial teórico com dados secundários. Desse modo, foram lidos textos relacionados ao tema: artigos, teses, dissertações, livros, jornais, revistas especializadas e sites de busca.

Como dados primários foram inicialmente estruturadas as questões relativas ao assunto para fundamentar a pesquisa, seguido posteriormente da entrevista direta com o grupo focal de mulheres trabalhadoras rurais, ligadas à agroindústria e aplicação das entrevistas semiestruturadas.

A amostra dessa pesquisa é intencional, pois trata-se de uma amostra não probabilística (PRODANOV, 2013, p. 99). A escolha foi feita pela necessidade de analisar a gestão das mulheres na agroindústria, bem como o processo de participação das mulheres nas agroindústrias familiares do município de Cachoeira do Sul. Para a amostra, empregou-se o critério de ter mulheres que trabalham, já trabalharam ou prestam assistência às agroindústrias familiares. Foram convidadas dez mulheres, no entanto participaram deste estudo oito mulheres trabalhadoras rurais, todas ligadas à agricultura familiar e às agroindústrias.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2022, nos meses de agosto, setembro e outubro. Optou-se por elaborar um questionário com perguntas semiestruturadas e abertas, a partir de um roteiro para melhor direcionar as discussões. A coleta de informações por meio do roteiro permite que as perguntas formuladas sejam planejadas de modo a atingir os objetivos propostos, seguindo as respostas das entrevistadas.

O roteiro para a coleta de dados foi aplicado a um grupo e individualmente e se encontra no apêndice deste trabalho. O questionário foi subdividido em tópicos:

Quadro 2 – Subdivisão do questionário de pesquisa aplicado neste estudo

Tópico	O que se pretende saber
Experiência Pessoal	Noções das características individuais das mulheres
Experiência profissional	Noções das experiências mais relevantes profissionalmente
Gestão das agroindústrias	Aspectos ligados à gestão do empreendimento familiar
Movimentos Sociais e sindical	Relação e participação nos movimentos
Sonhos	Planos e metas almejadas

Fonte: Autores, 2022.

Para obtenção das informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário, além do questionário com questões semiestruturadas, a gravação em áudio, formato mp4, seguido da transcrição da mesma. O horário e o dia da realização das entrevistas foram definidos pelas entrevistadas e ajustados com a agenda da acadêmica pesquisadora.

A coleta de dados das observações do ambiente foi realizada por meio de anotações no caderno de pesquisa, na busca de tentar captar os diversos ambientes relacionados com as entrevistadas. Também realizou-se o registro das observações ambientais pertinentes no diário de campo.

TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para análise de dados deste trabalho de pesquisa inicialmente foi necessário fazer a transcrição das entrevistas realizadas, para que se possa compreender com a maior precisão possível. Isto porque a entrevista pode fornecer informações que possibilitam a compreensão das “relações entre os atores sociais e a sua situação” (BAUER e GASKEL, 2008, p. 65). Em seguida, os dados foram analisados utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados que apresenta o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador durante a coleta. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão

do que está por trás dos discursos (SILVA e FOSSÁ, 2013). As autoras ainda ressaltam que a análise de conteúdo exige que o pesquisador tenha disciplina, dedicação, paciência e tempo. Além disso, as mesmas teóricas reforçam que “faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise. Jamais esquecendo do rigor e da ética, que são fatores essenciais” (SILVA e FOSSÁ, 2013, p. 03).

Para Bardin a análise de conteúdo é

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

Foi por isso que este estudo utilizou essa técnica na análise. Pois, trata-se de estudo qualitativo que utiliza procedimentos sistemáticos, tais como: leitura de vasta bibliografia sobre a temática proposta, formular hipóteses para o problema proposto, a entrevista, a visita *in loco*, fotografias e categorização dos dados obtidos. E, por fim, foram categorizados todos os processos organizacionais percebidos nas agroindústrias familiares pesquisadas, desde os fornecedores, seus produtos, até os clientes e consumidores finais, com base no esquema proposto por Fábio Uchoas Lima (2022).

Esta pesquisa foi desenvolvida ao longo do ano de 2022, com o intuito de atingir os objetivos propostos. Para isso, esse estudo iniciou-se no mês de março do referido ano, com algumas opções da temática a ser estudada e seus respectivos objetivos. No entanto, a proposta inicialmente pensada teve que ser repensada e reformulada tendo em vista a grande dificuldade em obter os dados do baixíssimo índice de registros daquilo que era pretendido. Após a definição da temática aqui apresentada e dos objetivos definidos, ocorreu a elaboração do projeto de pesquisa, seguido da pesquisa bibliográfica para o referencial teórico.

Nos meses de março e abril ocorreu a definição do tema e problema de pesquisa. Em junho, ocorreu a finalização do projeto de pesquisa. Nos meses de julho e agosto, fez-se o levantamento dos dados institucionais e deu-se início a coleta de dados fazendo o contato com as mulheres trabalhadoras rurais, público alvo desta pesquisa. Em setembro realizou-se o grupo focal, momento de coleta de alguns dos dados

abordados neste estudo. Nos meses seguintes, realizou-se as demais entrevistas necessárias à coleta de dados, seguidos da sistematização e análise dos dados.

A fim de preservar a identidade das entrevistadas, pensando em dar-lhes privacidade, optou-se por recorrer à literatura e fazer sua referência às entrevistadas. Assim, utilizou-se nomes de mulheres das obras do escritor Erico Verissimo, para mencionar as mulheres entrevistadas: Bibiana, Rosário, Caetana, Perpetua, Anita, Ana Joaquina e Manuela. A escolha deu-se em razão de todas as personagens descritas pelo escritor serem mulheres fortes e batalhadoras, assim como as entrevistadas desta pesquisa.

Com intuito de melhor compreender algumas das falas das entrevistadas, recorreu-se também ao auxílio de duas das pessoas mencionadas na maioria das falas das mulheres participantes deste estudo: a extensionista rural social da Emater/RS-Ascar Isabel Vargas Vivian e a ex-vice-prefeita municipal Mariana Silva Carlos³.

³ O nome da extensionista rural social e da ex vice-prefeita municipal foram citados neste estudo com a devida autorização das mesmas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise, os dados foram divididos em quatro seções, seguindo os objetivos específicos deste estudo: processo de gestão das agroindústrias familiares; experiências pessoais e participação das mulheres na constituição das agroindústrias familiares; o acesso às políticas públicas no âmbito do Pronaf em Cachoeira do Sul e, por fim, o processo de participação das mulheres trabalhadoras rurais.

4.1 PROCESSOS DE GESTÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE CACHOEIRA DO SUL A PARTIR DE MULHERES AGRICULTORAS

Este subitem apresenta o resultado da análise do processo de gestão das Agroindústrias familiares cachoeirenses a partir de relatos de mulheres agricultoras entrevistadas.

As agroindústrias são empreendimentos que fazem a transformação e o beneficiamento de produtos agropecuários, sejam estes de origem animal ou vegetal. A transformação e o beneficiamento são realizados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros. Convém salientar que tudo isso deve ocorrer a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário e/ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto seja dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 31 apud IPEA, 2013).

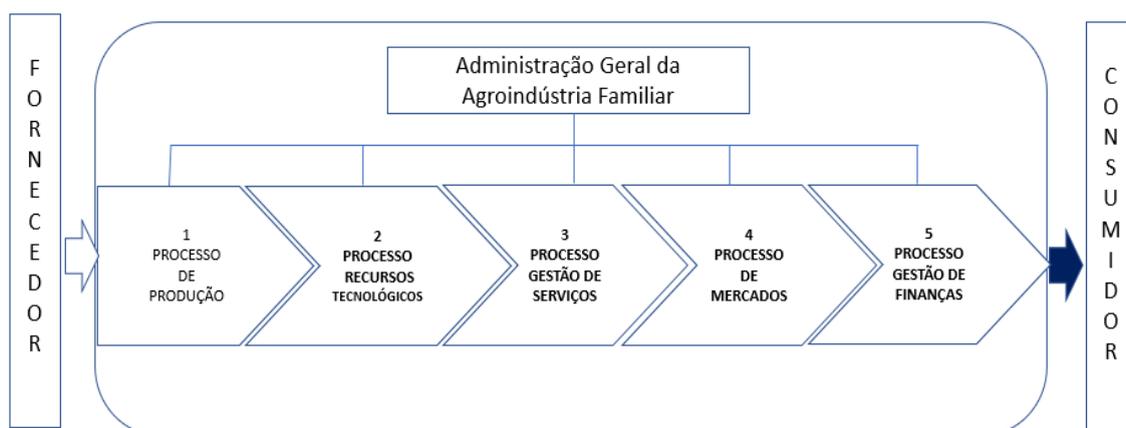
O Decreto 10.688/2021, Art. 2º, Inciso VI, define que o empreendimento familiar rural deve estar vinculado à unidade familiar de produção agrícola, esta instituída por pessoa jurídica e constituída com o intuito de produzir, beneficiar, processar ou comercializar produtos agropecuários. Estes empreendimentos podem ainda ter o intuito de prestar serviços de turismo rural, desde que, neste caso, formados por um ou mais agricultores familiares com inscrição ativa no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF.

Diante disso, percebeu-se que as agroindústrias familiares adotam ferramentas estratégicas de gestão para conseguirem manter-se no mercado. Todo trabalho realizado dentro da agroindústria tem ou faz parte de uma cadeia produtiva e em vários processos organizacionais. Todavia, percebeu-se também que nem sempre seus gestores têm isso claro em mente ou nem sempre sabem especificamente quais processos adotar e seguir.

Para a maior parte das entrevistadas deste estudo, o processo de gestão das agroindústrias apresenta-se bastante complexo, tendo em vista que o empreendimento raramente apresenta metas e objetivos claros, e tampouco identifica os resultados almejados. A entrevistada Perpétua esclarece que: *“como é produzido de acordo com o excedente da produção não temos um processo específico. Produzimos conforme a safra e nem sempre sabemos se teremos lucro porque até as condições do tempo [intempéries] interferem”*.

Conforme as entrevistas realizadas, apesar de muitas delas não reconhecerem, pode-se perceber que a gestão das agroindústrias está, sim, subdividida em, pelo menos, cinco grandes processos organizacionais, sendo eles: 1. Processo de Produção; 2. Recursos Tecnológicos; 3. Gestão de serviços; 4. Mercados (aquisição de insumos e venda de produtos) e 5. Finanças. Como se pode ver no esquema da figura abaixo.

Figura 3: Processos organizacionais das agroindústrias familiares



Fonte: Autora, 2022.

A flecha de cor branca na figura anterior corresponde ao fornecimento da matéria-prima, que serve de insumos para a transformação em produtos finais nas agropecuárias. Esses podem ser advindos da própria propriedade ou de outros agricultores familiares da região. A flecha de cor escura corresponde aos entregadores (motoboys), cujos serviços são contratados para entrega a domicílio ou mediante a venda em feiras. Convém salientar que a agricultura familiar está presente em todos esses processos.

O processo de produção é basicamente o coração de todas as agroindústrias, pois é o que as mantém vivas e atuantes no mercado. Quando este processo é bem definido ele ajuda a evitar as demandas excessivas, a dificuldade de crescimento e a baixa qualidade da produção. O processo de produção é o processo que possibilita que se torne a produção mais eficaz.

Enquanto que o processo dos recursos tecnológicos vai desde a compra do maquinário específico para produzir de maneira mais eficiente até os produtos chegarem aos canais de comercialização (vendas), inclusive o online.

O processo de gestão de serviços refere-se à mão de obra de pessoas que atuam na agroindústria e dos serviços que estão envolvidos na cadeia produtiva, ou seja, no processo geral de produção e entrega, até o produto chegar ao cliente ou ao consumidor final. A gestão de serviços possibilita a obtenção de melhores resultados à agroindústria familiar, pois ela permite o engajamento da equipe e a eficiência operacional de todos os processos organizacionais.

O processo organizacional de mercados inclui o processo de venda dos produtos e a aquisição de matéria-prima (insumos) para serem transformados na agroindústria em produtos finais para a venda.

O processo gerencial das finanças corresponde ao fluxo dos recursos financeiros do empreendimento agroindustrial familiar. Ele contém o planejamento, o controle e a análise de todas as movimentações financeiras do empreendimento.

De todos esses processos organizacionais, as entrevistadas demonstraram total domínio sobre o processo de produção. A entrevistada Anita, por exemplo, declarou que: *“a gente sabe o que produz e como produz, às vezes a gente até se arrisca em fazer uma experiência e tentar produzir algo novo”*. Isso pode ser concebido como inovação, ou seja, a confecção de um novo produto para o mercado. Anita trabalha com laticínios e sua produção é feita quase que exclusivamente nas quartas e quintas-feiras. Conforme ela relatou, foi preciso estabelecer uma rotina bem precisa, para atender à alta demanda dos consumidores e a diversificação dos pontos de venda.

Para a entrevistada Bibiana o processo de produção *“é o que eu domino, é o que eu sei fazer e faço bem feito.”* De acordo com ela, a produção segue uma rotina e

linha de produção bem definida, ela trabalha com panificados e toda sua produção é artesanal e em forno a lenha. Estrategicamente, ela inicia sua produção com aquilo que possui maior durabilidade. Os produtos mais frescos, como bolos e pastéis, são produzidos um dia antes de irem para venda.

Sendo o processo de produção aquele que as entrevistadas revelaram ter mais domínio, pode-se afirmar que todas elas conhecem bem o que produzem e sabem como fazer para produzir. No entanto, nota-se certa incerteza quando questionadas para descrever o processo que realizam. Na fala da entrevistada Manuela “*a gente sabe como fazer e o que tem que fazer não precisa pensar muito nisso*”, fica evidente que o processo de produção está quase que internalizado pelas mesmas. Quase todas revelaram seguir a linha de operações, da produção à comercialização.

A mesma entrevistada, Anita, revelou que um dos seus produtos que hoje é o que mais vende nasceu de uma experiência que não deu certo, no início, quando ela tentou seguir uma receita e teve que colocar todos os insumos fora devido ao resultado ter dado errado. Na sequência de tentativas, e preocupada com o desperdício dos ingredientes, ela adicionou alguns insumos e o produto, finalmente ficou muito bom e bem aceito pelos consumidores. Hoje, esse produto é o “carro chefe” de sua produção. Ela relata: “*eu cheguei a jogar quinze litros de leite fora, tentei, tentei fazer uma receita e não deu certo*”.

Prezotto (2002, p. 141) ressalta que “o importante na gestão é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores”, no nosso caso, às agricultoras. No período de pandemia do SARS-COV 2, causador da Covid-19, as mulheres trabalhadoras rurais, assim como toda a população mundial, tiveram que mudar hábitos que antes da pandemia eram simples e até mesmo triviais. De uma hora para outra foram brutalmente interrompidos.

No início da pandemia, o primeiro impacto que todas as entrevistadas relataram foi que sentiram muita desconfiança em relação à doença, pois não a conheciam e não acreditavam que pudesse ser tão agressiva. Concomitante à desconfiança, veio o total isolamento e conseqüentemente a falta da comercialização da produção. Com a publicação dos decretos estaduais e municipais (como o Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020 e o Decreto municipal nº 17/2020), veio a calamidade

pública no Estado e consequente adequação do município às normas de calamidade, resultando na proibição da comercialização de produtos que não fossem essenciais (só itens de alimentação puderam ser comercializados).

A entrevistada Rosário afirma que viu-se tendo que agir de modo ‘camuflado’, pois os seus produtos (flores) eram considerados itens não essenciais e não podiam ser comercializados durante a vigência dos Decretos. Mas, ela deu um jeito: *"eu tinha que vender escondido, colocava as flores atrás da bancada, coberto com alguma coisa para poder vender. Daí o cliente vinha, pegava e saía com as flores escondida, enroladas num jornal ou outra coisa"*.

Mesmo as entrevistadas que atuam na Feira Livre Municipal tiveram que vivenciar essa fase sem ofertar seus produtos. As entrevistas ficaram inicialmente um período, que elas não sabem precisar se foi quinze dias ou um mês, sem poder frequentar a Feira semanal para a comercializar seus produtos. Rosário declara: *"aqueles dias que nem me lembro se foi quinze, vinte dias, um mês eu acho pra mim pareceu que foi uma eternidade porque meu Deus a gente não sabia como fazer o que fazer, nem sabia se era realmente uma coisa grave"*. A fala da entrevistada revela a incerteza e angústia que toda a população vivia naquele momento. O mesmo ocorreu com as mulheres que produzem e vendem na Casa das Trabalhadoras Rurais, no centro da cidade. No relato de Manuela, *"isso foi muito triste, pois a gente se viu sem nada, sem saber o que fazer, sem poder vender e é disso que a gente vive. Foi um momento muito horrível! A gente não sabia o que fazer nem o que ia ser"*. Todo o processo produtivo teve de ser interrompido.

Algumas das entrevistadas relataram a preocupação que tinham de perder toda a produção que já estava pronta para comercialização, desde antes da publicação dos decretos. Anita desabafou: *"o produto que é perecível não espera e do nada a gente simplesmente não podia vender e não tinha o que fazer com aquilo que já estava produzido"*. Quando questionadas sobre as perdas e a principal dificuldade deste momento, cada uma relatou ter sua experiência e sentimento distintos. Uma delas relata que a experiência de estar distante de uma das filhas foi o mais difícil. Para outra, o fato de ter que ficar um longo período de tempo somente no interior (no meio rural), sem poder ter contato com os clientes, também foi uma experiência muito difícil.

Por outro lado, este período pandêmico também serviu para aprender muita coisa nova. Foi nesta época que muitas delas aprenderam a usar melhor os aparelhos celulares *smartphones* e manusear neles as redes sociais. Praticamente todas destacam a importância do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) que promoveu o Delivery da Agricultura Familiar. Ele auxiliou muito na divulgação e na comercialização dos produtos neste período. No momento em que a pandemia de Covid-19 se manifestou, a UERGS, pensando no desenvolvimento regional sustentável (conforme visão da instituição), motivou os agricultores e produtores rurais a participarem de um novo projeto de feira. A Feira da Agricultura Familiar Delivery, como se pode ver na figura abaixo.

Figura 4 - Flyer do projeto Agricultura Familiar Delivery



Fonte: Redes Sociais do Projeto de Extensão da UERGS Cachoeira do Sul “Feira da Agricultura Familiar”, 2022.

Esse projeto, de Feira da Agricultura Familiar Delivery, permitiu às mulheres entrevistadas manterem-se na comercialização de seus produtos durante o período pandêmico. A produtora rural Manuela afirma que foi nesta época que *"tive que aprender a lidar com a internet, com os motoboys e fazer coisas que eu nunca tinha feito"*. O que ocorreu foi a introdução forçada pela pandemia de um novo modo de ofertar e de comercializar seus produtos, por meio de smartphones e entregas via motoboys.

Nessa época, a relação que outrora era direta entre produtor e consumidor, passou a ser intermediada pelas redes sociais e pelos entregadores. Isso foi apontado pela entrevistada Manuela como tendo certa dificuldade. Conforme ela, nem sempre o entregador era bem disposto, amigável ou conversava direito com os clientes da

agroindústria. Contrapondo isso, a entrevistada Rosário afirma que essa relação de distanciamento com os clientes foi o que a fez perceber que ela não tinha sequer uma lista de clientes registrada: *"eu conhecia praticamente todos os meus clientes pelo nome, mas não era que nem na loja que tem cadastro, eu não tinha o número do telefone, não sabia onde morava, não sabia de nada"*.

A extensionista rural da Emater/RS-ASCAR Isabel Vivian destaca que este foi um momento, no qual, as mulheres fizeram-se ainda mais protagonistas, pois tiveram que seguir com as tarefas do cotidiano, plantando, cuidando, colhendo, limpando e ainda viram-se obrigadas a aprender a fazer coisas que até então eram tidas como sem necessidade de aprendizagem. Ela revela que muitas mulheres

além de terem que cuidar da casa, da plantação, dos filhos, da lição da escola que era enviada para casa, tiveram que aprender a usar o WhatsApp, por exemplo, que era coisa que muitas delas não sabia e não via necessidade de aprender a usar. Essa é uma das muitas coisas que elas tiveram que fazer durante a pandemia. Eu costumo dizer que essas mulheres foram mães, agricultoras, produtoras, enfermeiras, professoras e de tudo um pouco neste tempo pandêmico.

Cabe destacar aqui que a maioria das entrevistadas fez menção ao fato de terem que seguir à risca todas as normas previstas em legislação (Decretos). E elas não pouparam críticas ao fato de que mesmo possuindo na agroindústria o produto (insumo) de que precisavam, mas, devido às normas de rigor sanitário passaram a comprá-lo pronto, ou seja, processado por grandes empresas processadoras. Portanto, sem poder utilizar os seus insumos.

4.2 EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA CONSTITUIÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O presente subcapítulo apresenta o resultado da análise das experiências pessoais de mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas e a sua participação no processo de constituição de agroindústrias familiares no município de Cachoeira do Sul.

A entrevistada Manuela é uma das pioneiras na constituição de agroindústria familiar no município. Ela conta que levou cinco anos para ser de fato constituída a agroindústria, da qual ela faz parte juntamente com outras mulheres trabalhadoras rurais. Manuela relata que *"quando os cinco primeiros grupos de mulheres se reuniu*

queriam pensar no seu dia a dia, mas também adquirir conhecimentos e ser fonte co-participante e colaboradora da unidade familiar rural". Foi o estopim para a constituição da agroindústria.

O grupo de Manuela iniciou o processo de implementação de sua agroindústria ainda no ano de 1997, motivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e pela Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), naquela época. No ano de 1998, o grupo então criou a Associação Municipal das Trabalhadoras Rurais do Município de Cachoeira do Sul. Essa associação era integrada por cinco grupos de trabalhadoras rurais e tinha como intuito a busca por atendimento de saúde, aposentadoria, financiamento para o custeio de lavouras, auxílio doença, auxílio maternidade, dentre outras necessidades que o grupo percebia que os agricultores rurais não estavam plenamente assistidos. Manuela sentenciava um dos objetivos da Associação: que "*era lutar em defesa dos agricultores e agricultoras*".

Em março de 2004, a Associação conseguiu ter a sua sede própria, em regime de comodato. O espaço localizado em uma das praças centrais da cidade, foi conquistado com o apoio do STR, da Prefeitura Municipal e da Emater. Neste período, a Associação contava com cerca de oitocentas mulheres associadas. As mulheres associadas comercializavam produtos da agroindústria de panificados, produtos terceirizados e artesanatos. Como toda associação sempre enfrenta percalços, não foi diferente com a Associação de Manuela, que enfrentou um período de dois anos fechada. Em 2016, após adequações estruturais, com investimento de cerca de R\$ 20 mil reais, foi adquirido equipamentos de produção para a agroindústria. Este investimento teve a contrapartida do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).

Para Manuela, passar pela parte burocrática foi a experiência mais complicada na constituição da agroindústria. De acordo com ela, houve momentos em que o grupo pensou até em desistir, devido à burocracia e ao volume documental que enfrentou para constituir a agroindústria. Além disso, Manuela relata que "*o investimento é alto, a gente fica receosa, com medo de perder dinheiro*".

Seguindo esta mesma experiência, a trabalhadora rural Rosário relata a sua aflição: "*é tudo muito caro, a gente faz orçamento e tudo, mas uma máquina só custou*

sete mil, quando tinha feito o orçamento ela custava cinco mil e pouco". Com Rosário, o processo de constituição deu-se através do incentivo da Emater/RS-Ascar que percebeu o potencial da propriedade e a possibilidade de ampliar a comercialização dos doces, compotas e flores produzidos na propriedade familiar.

Ressalta-se que na constituição, a maioria das entrevistadas relatou que teve o apoio técnico da Emater/RS-Ascar e quase sempre foi esse apoio que deu o primeiro passo e incentivou para que na propriedade se constituísse uma agroindústria familiar. A entrevistada Bibiana afirma que a primeira vez que pensou em ter uma agroindústria foi quando visitou a ExpoAgro Afubra, evento que ocorre anualmente no município de Rio Pardo/RS. Ali, ela viu o pavilhão da agricultura familiar, relata: *“eu vi aquilo lá e eu disse: ‘um dia eu vou estar aqui. Meu irmão que estava junto falou que eu já estava lá, mas daí eu disse pra ele que eu ia um dia estar lá como agricultora familiar vendendo meus produtos”*. Neste ano (2022), três anos depois da experiência, ela já com a sua agroindústria familiar constituída e estabelecida. E ela já reservou seu estande para expor na ExpoAgro Afubra de 2023 e ofertar seus produtos.

Além disso, está no planejamento para dezembro a inauguração do seu próprio ponto comercial: uma padaria. O empreendimento terá a oferta de bolos, doces, pães e salgados feitos pela própria entrevistada e sua filha; que já segue os passos da mãe na agroindústria familiar. O atendimento do empreendimento será feito pelo marido da entrevistada e de outra filha do casal. Bibiana relata que deseja poder comercializar muitos produtos da agricultura familiar e das agroindústrias familiares do município neste novo espaço comercial.

4.3 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PRONAF EM CACHOEIRA DO SUL

O objetivo deste subcapítulo é apresentar os acessos às políticas públicas no âmbito do programa Pronaf em Cachoeira do Sul, de mulheres trabalhadoras rurais das agroindústrias familiares.

Convém destacar que neste estudo, compreende-se as políticas públicas como sendo os programas desenvolvidos pelo governo com o intuito de garantir e colocar em

prática os direitos dos cidadãos. Ou seja, as políticas públicas são criadas pelo governo, muitas vezes sob pressão, a fim de garantir aos cidadãos e cidadãs seus direitos e o bem estar da população.

As mulheres produtoras rurais, público alvo desta pesquisa, relataram que o acesso às políticas públicas, em Cachoeira do Sul, manifesta-se bastante dificultoso. Do ponto de vista de uma delas, Caetana: "*acessar qualquer política pública aqui é muito complicado, ficam mandando a gente de lá pra cá e de cá pra lá, a gente fica indo de um lado pro outro e ninguém sabe de nada*".

Quando motivadas a discorrer sobre quais políticas públicas acessam, todas as mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas manifestaram que acessam ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. A entrevistada Bibiana afirmou que acessa mais de uma política pública:

Eu plantei soja. Plantei arroz. Plantei milho. Plantei melancia. Quebrei, vendi a terra. Comprei outra terra, aqui mais perto da cidade. Daí me recuperei e comecei com hortaliças. Veio uma seca dos infernos, meu marido ficou doente, foi pro hospital. Foi aí que veio na minha cabeça que eu tinha a banca na feira, porque eu pegava hortaliças com meu vizinho pra vender. Eu pagava R\$1,00 para meu vizinho e vendia a R\$1,50. Foi aí que comecei a fazer bolo, pão, rosca. A horta começou a vingar. Tentei o Pronaf Mulher e lá no banco me falaram pra fazer um financiamento. Eu não entendia de nada, daí o homem disse que era mais fácil e mais barato. E eu fiz. Mas eu já tive o Pronaf, o "comum", mais o financiamento e por isso, estou endividada até a alma no banco. Eu digo que eu não tenho dignidade nenhuma tamanho a minha dívida com o banco. Agora eu tenho o Feaper [...] (da voz da entrevistada Bibiana)

Bibiana atua há três anos e sua produção é diária e em forno a lenha, além disso, é a mais jovem das entrevistadas. E acredita que em sua vida tudo acontece muito rápido. Mas entende que por estar iniciando é tudo muito difícil. No entanto, a mesma já conta com o reconhecimento da comunidade, pois seus produtos foram, inclusive, reconhecidos e agraciados com o Prêmio Agro 2022, organizado pelo Grupo Vieira da Cunha, grupo de comunicação do município.

As entrevistadas revelam que a Emater/RS-Ascar é a grande parceira, quando trata-se de conseguir acesso às políticas públicas, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Essas são as entidades que mostram o caminho a seguir. Caetana declara: "*acessar as políticas públicas é sempre complicado, é difícil, e muitas vezes a gente não sabe como fazer*". A Emater/RS-Ascar, conforme dados divulgados

pela própria instituição, através do Escritório Municipal em Cachoeira do Sul, atendeu no último ano (2021), 498 famílias, cerca de 2 mil pessoas e levou até estes muito além da extensão rural, pois propôs questões como saneamento básico e trabalhos de proteção de fontes, garantindo aos agricultores acesso à água de qualidade para o consumo e para a produção agrícola e criação.

As mulheres trabalhadoras rurais destacam que sentem uma certa dificuldade no acesso às políticas públicas e informações quando buscam auxílio junto a Secretaria Municipal de Agropecuária (SMAP). De acordo com Rosário,

"não é má vontade de quem tá lá, mas é a falta de conhecimento. Troca o governo e troca tudo e muitas vezes a pessoa que vai cuidar das agroindústrias nem conhece, não sabe direito o que tem que fazer e quando aprende e começa a engrenar já acabou o governo e troca tudo de novo" (voz da entrevistada Rosário).

Manuela afirma que nem sempre os governos estão dispostos a atender às reivindicações das agroindústrias familiares. De acordo com ela, *"nem sempre eles querem olhar pro pequeno, tanto é que o governo que mais investiu e ajudou foi em 2013/2016, de lá pra cá quase nada se fez"*. A gestão a qual Manuela se refere foi a gestão municipal na qual a socióloga Mariana Carlos foi a vice-prefeita. Mariana atualmente vive no campo. Quando questionada sobre essa temática afirmou que pretende viver daquilo que o campo dá e que assim como as mulheres produtoras rurais entrevistadas para este estudo ela também encontra dificuldades de acessar políticas públicas para se fortalecer no campo. Nesse sentido, Mariana relata:

Tenho pré-disposição de viver do que o campo dá. Encontro pouquíssimas políticas públicas para me fortalecer nesse sentido, tanto de conhecimento, ou seja o acesso à informação, acesso ao conhecimento, à assistência técnica, a gente tem muitas dúvidas e não tem uma política pública inicial que fortaleça nessa atividade. Não consigo também perceber que se tenha uma política pública consistente de produção, ou seja patrulha agrícola, semente, equipamento, irrigação, transporte e tudo o que é necessário para a produção (fala da ex-vice-prefeita Mariana Carlos).

A Patrulha Agrícola é um programa que disponibiliza máquinas e equipamentos agrícolas e outros tantos serviços aos agricultores com o intuito de promover o incremento da produção. As demais entrevistadas, neste ponto, relatam que não sabem o que foi feito e se ainda existe. Quanto a sementes, existe o programa troca-troca promovido pelo governo estadual, no entanto, o programa abrange somente sementes de milho e sorgo.

O governo do Rio Grande do Sul possuía um programa intitulado Programa Mais Água Mais Renda (PMAMR) que buscava incentivar e facilitar a expansão da irrigação e aumentar a produtividade e renda dos agropecuaristas. Este programa foi suspenso desde o ano de 2021, conforme dados da Secretaria Estadual de Agricultura. Além disso, o programa era voltado para agropecuaristas.

Com isso tudo relatado, percebe-se que as mulheres encontram dificuldades para acessar às políticas públicas. As dificuldades não estão somente naquelas relacionadas às agroindústrias familiares, mas também naquelas voltadas para oferta de bens e prestação de serviços à população, como à saúde e à educação, por exemplo.

4.4 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

O objetivo deste subitem é apresentar o processo de participação das mulheres trabalhadoras rurais em movimentos sociais e sindical e em outros espaços sociais da sociedade organizada. As mulheres participantes deste estudo relataram ter grande participação na comunidade local na qual estão inseridas. A participação das mesmas demonstrou-se bastante ativa também em outros setores da sociedade.

As entrevistadas, quando eram questionadas sobre a participação social, sindical, lembram e referem-se imediatamente que são, todas, participantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Esta entidade tem o objetivo de defender as reivindicações, interesses e os direitos dos trabalhadores rurais, independentemente se estes sejam proprietários, locatários, arrendatários ou empregados do ramo agropecuário. As entrevistadas afirmaram que o sindicato é uma entidade que auxilia significativamente. Ele oferece auxílio jurídico, quando necessário, descontos em exames médicos e em laboratórios e auxilia na regulamentação e atualização de documentos e de questões afins. Convém salientar que, na maioria das vezes, essa associação ao STR dá-se ainda no nome do homem e a mulher é apenas a beneficiária.

Todas as entrevistadas relataram que fazem parte, ou fizeram parte, de Grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esses grupos são organizados pela Emater/RS-Ascar nas comunidades do interior do município; que aproveita esses grupos para promover a

Extensão Rural e incentivar o protagonismo da mulher trabalhadora rural. Segundo a extensionista Isabel Vivian, nestes grupos “*as mulheres percebem qual o seu papel e a sua importância dentro da unidade familiar de produção agrícola e na sociedade*”.

A extensionista relata ainda que há casos que somente depois de idosa e do falecimento do marido que a mulher tem a liberdade de participar em grupos. “*Esses dias, uma senhora com oitenta anos foi pela primeira vez em um grupo de mulheres. Ela não sabia que isso existia e ela me disse que lá ela se sentiu livre*”, relatou.

Nestes grupos de mulheres trabalhadoras rurais, os encontros são normalmente mensais ou, excepcionalmente, quinzenais. Nos encontros, as mulheres conversam, cantam, dançam, discutem temas pontuais, aprendem a cortar cabelos, fazer tricô, crochê, dentre outras coisas, relatou a extensionista. Nos grupos também se programa viagens (excursões) para a participação em eventos de formação, como os cursos de panificação, os cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e idas às feiras como Expoagro Afubra e Expointer, em Esteio/RS. Nesses grupos também as mulheres programam atividades de lazer, como viagens a passeio e idas à praia durante o verão.

Todas as mulheres entrevistadas também afirmaram que fazem parte de alguma denominação religiosa e declararam-se cristãs. Caetana relata: “*já fui mais praticante, depois a gente se envolve com outras coisas e acaba não participando tanto*”. Percebe-se, portanto, que a participação e o envolvimento em atividades, eventos, entidades relacionadas às agroindústrias acabam por diminuir a prática religiosa, sem, entretanto, retirar a fé religiosa dessas mulheres.

Desempenhar o papel de trabalhadora rural, mulher, mãe, requer também a participação em conselhos escolares. A entrevistada Anita relata que já nem sabe mais quantas vezes fez parte dos clubes de pais das escolas em que seus filhos estudaram. Mãe de três filhos, atualmente ela participa do conselho administrativo do educandário em que seu filho do meio estuda. Anita, talvez seja a mais participante das entrevistadas, pois já fez parte de várias entidades e movimentos. Sua participação dá-se dentro do município, mas também além das fronteiras de Cachoeira do Sul, sendo que ela já residiu em outros estados, inclusive, tendo a participação em comitês de âmbito federal.

A trajetória de participação de Anita iniciou ainda na juventude. Ela, de família católica, sempre teve proximidade com a igreja e com os grupos de jovens. Logo em seguida, viu-se participando das chamadas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Nas CEBs, o propósito ia além da simples reflexão da bíblia, mas propunha a ação/intervenção na sociedade. Anita afirma:

[...] minha família sempre foi de igreja, sempre tivemos na mente a ideia de que é preciso motivar a comunidade, ter algum tipo de atuação social, nós puxamos na comunidade muitas atividades que envolvem os homens, mulheres e tudo mais. Os mais envolvidos são eu e meu companheiro, mas nossos filhos sempre se envolveram. Eu acredito muito naquilo que o papa Francisco prega de que a fé precisa ser uma coisa com ação, ter obras (Voz da entrevistada Anita).

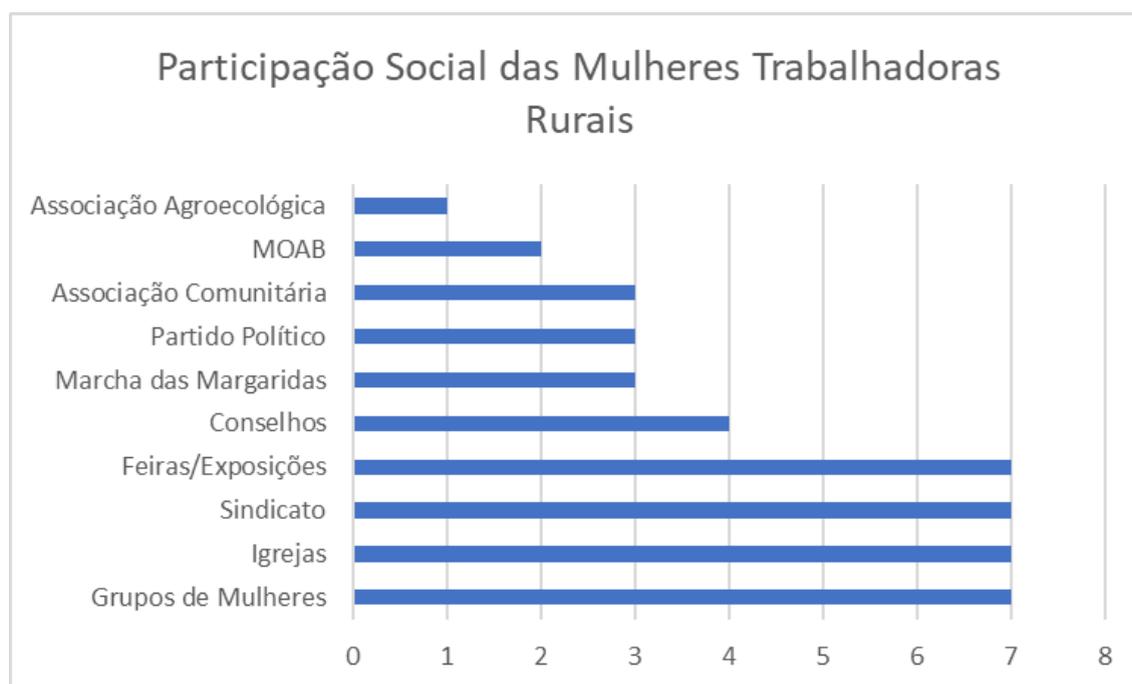
A família de Anita é uma das mais envolvidas com as causas e demandas da comunidade. A própria Anita já fez parte do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Este movimento está organizado em todas as regiões do país e tem o intuito de reafirmar a luta das mulheres em busca de igualdade de direitos, por fim à violência, opressão e exploração praticadas contra a mulher e a classe trabalhadora. Na época em que participou deste movimento, Anita foi uma das representantes da sociedade civil no Comitê Consultivo do Grupo Gestor Federal do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo que seu nome consta no documento de referência da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A entrevistada Perpétua também revelou ter uma participação bastante ativa. Pois, ela participa de movimentos e grupos que ultrapassam os limites e interesses dos trabalhadores rurais. Mãe de autista, ela foi uma das responsáveis por trazer para o município de Cachoeira do Sul, o Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB). Essa entidade, sem fins lucrativos, é composta por pais, amigos e simpatizantes da causa. Perpétua também faz parte da Associação dos Agricultores Ecológicos Solidários do RS (Associação Agroecológica). Esta entidade é formada por grupos, famílias e cooperativas de agricultores ecológicos.

As mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas também fazem parte da Feira Livre Municipal (exceto uma), espaço em que podem comercializar seus produtos diretamente aos consumidores. Participam mensalmente da Feira da Agricultura Familiar (evento promovido pelo Projeto de Extensão da UERGS) e relatam que já foram assíduas na participação na Feira “Mercado de Pulgas”, mas, devido a agenda

sempre lotada, hoje em dia já preferem não participar desse evento, especialmente por ele sempre ocorrer aos domingos. Outro fator apontado pelas entrevistadas é que o evento Mercado de Pulgas “esgotava demais”. Por se tratar de um evento ao ar livre, estavam sempre sujeitas às condições climáticas. Rosário declara que "*era barraca voando, ventania, chuva de tudo um pouco...era muito estresse*". Por isso deixou de participar.

A seguir, mostra-se o quadro síntese, o qual mostra sucintamente a participação social das mulheres trabalhadoras rurais participantes deste estudo.

Quadro 3: Síntese da participação social das mulheres trabalhadoras rurais

Fonte: Autores, 2022.

Cabe destacar que as mulheres entrevistadas também não se dedicam somente ao trabalho. Apesar da elevada dedicação e da pesada rotina, elas manifestaram “tirar um tempo para si”, participando de outras atividades que lhe são prazíveis. A entrevistada Bibiana, por exemplo, destaca que ela participa da ginástica e resolveu participar para aliviar o estresse. Além disso, ela faz terapia, reiki e outras terapias alternativas. A maior parte das entrevistadas também alega participar dos eventos religiosos, como romaria diocesana, missas e cultos.

Todas as mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas relataram que tentam reservar um tempo para participar e desfrutar de momentos com a sua família. Todas destacaram que são os membros familiares as pessoas que mais lhes incentivam e dão força para seguir em frente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como principal objetivo analisar a participação de mulheres trabalhadoras rurais nos processos de constituição e de gestão de Agroindústrias Familiares no município de Cachoeira do Sul. Assim, foi possível perceber a importância da participação das mulheres trabalhadoras rurais nos processos organizacionais das agroindústrias familiares, bem como na gestão das mesmas.

Sendo assim, pode-se perceber que as entrevistadas realizam suas atividades dentro da agroindústria concomitantemente a realização de outras atividades domésticas, laborais e sociais. Praticamente, todas elas têm internalizado os processos de produção, isto é, de transformação dos insumos em produtos finais. Ainda estão desbravando a parte tecnológica e aprendendo a lidar com os recursos tecnológicos modernos, como os smartphones, ainda esses lhes causam certo desconforto. O mesmo ocorre quando se trata de serviços, pois a maior parte das mulheres entrevistadas demonstrou que não gosta, não sabe e não se sente confortável em ter que lidar com serviços e pessoas "alheias" a sua rotina, como os entregadores a domicílio, que têm seus serviços contratados.

Um dos aspectos relevantes, e surpreendente, identificado foi o fato de perceber que cada uma das entrevistadas está com seu empreendimento ativo e comercializando em diversificados mercados, ou canais de comercialização. As mulheres trabalhadoras rurais vendem diretamente ao consumidor final, participam de feiras, em eventos e também vendem pelos programas governamentais, para os mercados institucionais, e mostram-se abertas às possibilidades que possam surgir.

Quanto ao processo organizacional das finanças, nota-se que as agroindústrias familiares geridas pelas entrevistadas não têm bem definido o controle do seu fluxo de caixa. E o gerenciamento dos custos é feito baseado quase que exclusivamente na intuição das mulheres ou a partir de anotações em "caderninhos". A gestão de custo possibilita ao empreendimento identificar e mensurar os valores atrelados à atividade, permitindo que haja melhor planejamento e controle para as tomadas de decisões. Talvez, por isso, algumas delas façam a tomada de decisões baseado apenas nas emoções e no 'achismo'.

A pesquisa revelou várias experiências pessoais das mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas, a partir dos relatos da sua participação no processo de constituição de agroindústrias familiares no município de Cachoeira do Sul. Foi possível constatar que, apesar de ser um processo moroso, todas as entrevistadas tiveram que superar os desafios pessoais e da pandemia da Covid-19, buscando informações e auxílio técnico para conseguir de fato a constituição de suas respectivas agroindústrias. Destaca-se aqui a revelação da importante contribuição da Emater/Ascar-RS, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) na motivação, orientação, organização e promoção destes estabelecimentos.

No decorrer desta pesquisa, notou-se que as mulheres acessam às políticas públicas no âmbito do programa Pronaf em Cachoeira do Sul, apesar de se apresentarem um tanto burocráticas. A maior parte das mulheres entrevistadas usufruem ou já usufruíram desta política pública, inclusive mais de uma.

As mulheres entrevistadas neste estudo demonstraram ter grande participação na comunidade local na qual estão inseridas. A participação das mesmas é bastante ativa também em diversos setores da sociedade organizada. A participação das mulheres evidencia o quanto elas estão se inserindo cada vez mais na sociedade e assumindo novos papéis e seu protagonismo. A mulher de modo geral, e especialmente a mulher trabalhadora rural, assume papéis que vão além do ser dona de casa, de ser mãe e esposa, produtora rural, empreendedora. A mulher a cada dia se torna mais protagonista da sociedade.

Por fim, ressalta-se que este estudo não visa terminar a discussão sobre a temática abordada, uma vez que é um tema amplo e que permite ser revisitado com novos olhares e estudos acadêmicos ou profissionais. Para futuras pesquisas e estudos, sugere-se que se investigue qual é o impacto na economia municipal que as agroindústrias familiares geridas por mulheres causam, sugere-se também, averiguar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nas decisões e fomento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABPMP. BPM CBOK V 3.0. **Guia para o gerenciamento de Processos de Negócios**. Corpo Comum de Conhecimento (Portuguese Edition), 1ª ed, 2013.

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. As mulheres nas agroindústrias rurais familiares: a construção de mercados e a especificidade da produção na região Central do Rio Grande do Sul. In: STADUTO, J. A. R. ; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. do. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

ALMEIDA, J. A. T. et al. **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1957/876>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ALMEIDA, F. I. A. et al. Aprendizagem organizacional como propulsora da competência em informação: um olhar sobre o mapeamento de processos. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo: v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-18, 2021.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES, B. F. ; GUIMARÃES, M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. In: **Revista Augustus**, Vol. 14, Rio de Janeiro: agosto de 2009. Disponível em: http://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/rev_augustused%2028_art04.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

ANJOS, R. L. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccjp/arquivos/tcc/tcc-2014-2-raisa-lessa-dos-anjos>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BACARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A de. Uma avaliação da distribuição do Pronaf entre as regiões geográficas do Brasil. Dossiê: **PRONAF 25 anos: histórico, transformações e tendências**. Chapecó, SC: Vol 30, n 51, 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2016.

BAUER, M. W. ; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENFICA, T. P. V. de C. ; et. al. Modo de vida camponês e identidade indígena na Comunidade Dom Pedro II, em Barcelos, AM. In: **Confins** [Online], 43 | 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/25298>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.25298>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BINDA, N. **Cooperativismo agrícola: esfera pública, participação e sustentabilidade**. 2014. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96695/000914876.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, Acesso em: 23 set. 2022.

BOBBIO, N. ; MATTEUCCI, H. ; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UM, 1991.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

_____. **Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021**. Disponível em: <HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/EN/WEB/DOU/-/DECRETO-N-10.688-DE-26-DE-ABRIL-DE-2021-316016356>. Acesso em: 28 set. 2022.

_____. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Portaria PGR/MPF nº 205**, de 23 de abril de 2013. Institui o Escritório de Processos Organizacionais no âmbito do Ministério Público Federal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Judiciário. Brasília, DF, 23 de abril de 2013.

BNDES. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Brasília: **Pronaf Agroindústria**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-agroindustria>. Acesso em: 14 mai. 2022.

_____. **Informativo Técnico SEAGRI**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. - Trimestral. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2536/1/InformativoSEAGRI_n.2%2c%20abr.2011.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HNg95Kj5QQkqFCR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CAPORAL, L. de F. R. **Considerações sobre o campesinato no século XXI: grau de campesinidade e agroindustrialização na comunidade do Sítio Palmeiras, Chã Grande - Pernambuco/Recife: Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local**, 2013.

CARVELLI, C.L. **Pronaf Mulher e a História Oral: uma revisão sistemática de literatura**. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1523626949_ARQUIVO_Artigo-HistoriaOral.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

CASTRO, C. N. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRn12_Desafios.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração**. 3 ed.-Barueri, SP: Manole, 2014.

_____. **Administração nos novos tempos**. 2 ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (8ª Reimpressão).

_____. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CORRÊA, M. de C. ; DE OLIVEIRA, G. ; DE OLIVEIRA, A. C. O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos. In: **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 34-47, 25 dez. 2021.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FRANCIO, N. et. al. **Agricultura familiar: trabalho, renda e associativismo**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2016.

FREIRE, J. S. E. **Participação e educação: concepções presentes nos estudos da Revista Educação & Sociedade (1978-2010)**. Goiânia: UFG / Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2011.

FOSSÁ, J. L. ; MATTE, A. ; MATTEI, L. F.. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. In: **Extensão Rural**, 29(1), e1. <https://doi.org/10.5902/2318179668371>. Acesso em 21 abr. 2022.

_____. et al. Acesso e Distribuição do Pronaf entre Agricultores Familiares no Estado de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí - ISSN 2237-6453. Ano 16, n. 45; out./dez 2018.

GAMA, L. T. S. de A.; SANTOS, C. J. S. **O campesinato como modo de vida: a produção camponesa no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL**. Diversitas Journal. ISSN 2525-5215. Volume 2, Número 2 (mai./ago. 2017) pp: 267-278.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE (2000). Censo demográfico de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/pesquisa/23/23612>. Acesso em: 08 set. 2021.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Teorias Sobre A Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. In: **DOSSIÊ. Cad. CRH** 32 (85). Jan-Apr, 2019. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Acesso em 20 mai. 2022.

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que processo? In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, p. 8-19, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP. 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GRISA, C. ; SCHNEIDER. S. (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUDOLLE, L. S. **A participação e o pertencimento em grupos de trabalhos à luz da teoria da aprendizagem situada: um estudo na Dublin Irish Pub**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27368>. Acesso em: 27 set. 2022.

HAGETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

HERRERA, C. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. In: **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política** / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v. 15. Edição Especial, Florianópolis, Brasil: UFSC, 2016.

HÖRBE, T. A. N. ; et al. Gestão por processos: uma proposta de melhoria aplicada a uma pequena empresa do ramo de alimentação. In: *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão* Volume 10, Número 2, 2015, pp. 226-237 DOI: 10.7177/sg.2015.v10.n2.a2.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 25 mar 2022.

ISTAN, L. P. ; et al. **Agroindústria Familiar: uma estratégia de geração de renda**. XX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão Unicruz, 2015. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2015/XX%20SEMIN%C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202015%20-%20ANAIS/Graduacao/Graduacao%20-%20Trabalho%20Completo%20-%20Sociais%20e%20Humanidades/AGROINDUSTRIA%20FAMILIAR%20UMA%20ESTRATEGIA%20DE%20GERACAO%20DE%20RENDA.pdf>. Acesso em 16 mai. 2022

JOSSO, M-C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. In: **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

JUNIOR, V. J. W. Política Pública de Agroindustrialização na Agricultura Familiar: uma análise do Pronaf-agroindústria. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, SP: vol 48, nº4, p.56F-596, out/dez 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000400004>. Acesso em 28 abr. 2022.

LAKATOS, E. ; MARCONI, M. **Metodologia científica**. 2 ed. (revista e ampliada), São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

LAZZARI, F. M. ; SOUZA, A. S. **Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais**. 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2017.

Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

LIMA, F. U. de. **Processos organizacionais**. Disponível em: https://www2.unifap.br/furtado/files/2017/04/Processos_Organizacionais_1.pdf Acesso em: 17 mai. 2022.

LOBO, C. V. F. ; CONCEIÇÃO, R. D. P. ; OLIVEIRA, S. B. Gestão por processos: um estudo de aplicação da notação BPMN em uma empresa de serviços do setor de óleo e gás. In: **Revista Inovação, Projetos e Tecnologias**, v. 6, n. 1, p. 94-110, 2008.

LOPES, G. A. **O saco de batatas colonial?** Considerações sobre o uso do conceito de campesinato na historiografia do Brasil colônia. *Clio* (Recife), v. 29, n 1, p.46-65, 2011.

MAESTRI, R. de C.; MINDAL, C. B. **Metodologia de história de vida**: a história de vida profissional de uma pessoa surda. XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10114_5383.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

MARIN, M. Z. ; TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. In: **Perspectiva**, Erechim, RS: v.34, n.127, p. 35-51, setembro/2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: concepção, abrangência e limites observados. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/md000013.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

_____. Políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. In: **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, 35(1), 6–20. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.421>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo - do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Claudia F. Falluh Balduino Ferreira. Editora Unesp. Brasília, DF: NEAD. 2010. 568p.

MENEZES, D. B.; BOCK, C.V.E. **Perfil das mulheres rurais do RS**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. In: **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, nº 3, p.551-579.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Ed. Argos, 2005.

MOTTA, M. e ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, D. P. ; SILVA, M. A. de M. (Orgs). **Processos de Constituição e reprodução do Campesinato do Brasil - Formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Vol 1. NEAD. UNESP, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREIRA, R.S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J. A. R. ; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. do. In: **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

PORTO, F. R. **Avaliação de políticas públicas: uma análise do impacto do PRONAF nos indicadores socioeconômicos do município de Cachoeira do Sul**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Bacharelado em Administração, Unidade em Cachoeira do Sul, 2021.

PREZOTTO, L. L. **A sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

REIFSCHNEIDER, F. J. B. et. al. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010.

ROSA, L. T. M. R. **Gestão, Administração E Planejamento: princípios básicos para a agroindústria familiar**. Departamento de Ciências Econômicas Curso (Graduação) de Planejamento e Gestão. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54733/000856244.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SACCOL, A. **Metodologia de pesquisa em Administração: uma abordagem prática**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. São Paulo: Ed. Petrópolis LTDA, 2009.

SANTOS, R. F. ; FILHO, M. C. **A agroindústria e o setor agropecuário**: nota incidental sobre o tema. In: Rev. Economia Rural, Brasília, DF: Vol. 19, Nº 01, p. 147-154, jan./mar. 1981.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre: Revista Sociologias N. 11, 2004.

SCHNEIDER, S. ; CAZELLA, A. A. ; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: **Grifos**. v. 30 n. 51 (2021): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021

_____. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004,

_____; NIERDELE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austeclínio Lopes. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina/DF: Embrapa Cerrados, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SITUBA, N. dos S. Mesquita Massilene. Modo de vida camponesa: mudanças e permanências na comunidade bom Jesus na estrada da EMADE–TEFÉ/AM. **Revista Geonorte**, V. 9, N. 31, p.106-115, 2018.

SILVA, A. H. ; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. 4 ed., Brasília, DF: 2013. In: **Anais...**, Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VIEIRA, D. A. et. al. A profissionalização e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: **Rev. Fórum de Administração**. V.2, n.1, 2010. ISSN 2317-4994. Disponível em: <https://periodicos.unifacel.com.br/index.php/forumadm/article/view/632/650>. Acesso em: 25 mar. 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%206.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

_____. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural** 52 (suplemento 1), 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2; 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 23 mai. 2022.

WELCH, C. A. ; [et al.]. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP ; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009,

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

- Gênero
- Faixa etária
- Estado civil
- Número de filhos
- Local de origem e de moradia atual
- Etnia
- Escolaridade
- Religião
- Renda familiar

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- Profissões anteriores
- Profissão e ocupação atual
- Tempo de serviço na área rural
- Função na Agroindústria
- Formação específica para o cargo
- Quais as maiores dificuldades da família e como enfrentaram essas dificuldades?
- Já sofreram alguma violência doméstica, racial ou algum tipo de discriminação?
- Como se deu o processo de instalação da Agroindústria Familiar

3. GESTÃO

- Motivação para trabalhar
- Fale sobre a experiência, dificuldades até organizar a agroindústria. Como é ser mulher, mãe e empreendedora?
- Teve algum auxílio para criar a agroindústria? De quem (quais órgãos/instituições)?
- Fale sobre sua rotina de trabalho

- Você se sente sobrecarregada?
- Você se sente desafiada no trabalho?
- Você se sente realizada profissionalmente?
- Que posto ocupam dentro das agroindústrias?
- A Agroindústria da sua família está preparada para enfrentar a concorrência e as instabilidades do mercado?
- Como se faz o planejamento das metas da Agroindústria?
- Os indicadores de desempenho da Agroindústria, como se dão?
- Quais ferramentas de gestão são usadas na Agroindústria de sua família?

4. MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAL

- A participação em movimentos rurais fez parte da tua vida por quanto tempo? Explique as razões que te fizeram participar.
- Você ainda participa desses movimentos? Por quais motivos?
- Pensaste em seguir alguma carreira que não envolvesse a agricultura ou o meio rural?
- Muitas pessoas nascem e vivem a vida toda morando no campo. Ao longo da tua vida, tiveste experiências que não fosse no campo? Fale sobre essa experiência.

5. SONHO

- Nós discutimos sobre vários pontos interessantes da tua história de vida. Há alguma coisa a mais que seja pertinente e que você gostaria de relatar? Um sonho que tens pra realizar.
- Gostaria de falar sobre algum outro aspecto que não foi contemplado nas minhas questões, esclarecer alguma coisa ou acrescentar algo que considere relevante?